

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 021/2024  
Data: 28/02/2024



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
AUDITORES FISCAIS AGROPECUÁRIOS ESTENDEM MOBILIZAÇÃO .....	4
PORTOS DO PARANÁ AMPLIAM MOVIMENTAÇÃO .....	4
NOVO AEROPORTO EM SP ESTÁ EM ESTUDOS .....	6
HIDROVIAS DEVEM RECEBER R\$ 700 MILHÕES.....	6
PORTOS CARTESIANOS: COGITO, ERGO SUM.....	7
SOFTWARE DE EMPRESA SANTISTA AGILIZA PROCESSO DE EXPORTAÇÃO .....	9
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>9</b>
SETE BRASIL: FALÊNCIA VAI DEIXAR DÍVIDA DE R\$ 17 BI .....	9
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>11</b>
PESQUISA DE SATISFAÇÃO: PASSAGEIROS SE MOSTRARAM SATISFEITOS COM AEROPORTOS DURANTE O CARNAVAL.....	11
SILVIO COSTA FILHO APRESENTA PLANO DE INVESTIMENTOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS EM PORTOS E AEROPORTOS .....	12
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>14</b>
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.....	14
REVITALIZAÇÃO DA BR-116/RS IMPULSIONA TURISMO NA ROTA ROMÂNTICA GAÚCHA .....	15
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>15</b>
EDITORIAL – CRISE NO SETOR AGROPECUÁRIO.....	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Trens intercity 1</i> .....	16
<i>Trens intercity 2</i> .....	16
<i>Trens intercity 3</i> .....	16
<i>Trens intercity 4</i> .....	17
<i>Trens intercity 5</i> .....	17
<i>Visita comercial</i> .....	17
NACIONAL - GOVERNO REVOGA MP QUE REONERA 17 SETORES DA ECONOMIA .....	17
NACIONAL - QUEBRA DE SAFRA PREOCUPA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA .....	18
NACIONAL - BRASIL EXPORT VAI FIRMAR PARCERIA COM IBI.....	19
NACIONAL - PORTO DE SANTOS SUPERA ARCO NORTE EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES DE GRÃOS.....	20
NORTE-NORDESTE - TRANSGLOBAL ALMEJA CRESCIMENTO ANUAL DE 10% NO FATURAMENTO NOS PRÓXIMOS ANOS ....	21
REGIÃO SUL - TECON IMBITUBA INAUGURA NOVA LINHA MARÍTIMA QUE IRÁ OPERAR SEMANALMENTE .....	22
REGIÃO SUDESTE - SANTOS BRASIL FARÁ PLANTÃO NO OGM-SANTOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS .....	22
REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE GUARUJÁ ESPERA RECEBER PRIMEIROS VOOS AINDA ESTE ANO.....	23
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>24</b>
PROCESSOS DE ANÁLISE DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS GANHAM MANUAL INTERNO NO TCU .....	24
BALSAS: SP INAUGURA ESTAÇÃO FLUTUANTE EM VICENTE DE CARVALHO.....	25
CARGILL AMPLIA SUA OPERAÇÃO DE NUTRIÇÃO ANIMAL NO BRASIL .....	26
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>27</b>
DEMANDA POR PETRÓLEO JÁ SENTE EFEITOS ESTRUTURAIS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, DIZEM ANALISTAS .....	27
GOVERNO E BNDES LANÇAM FUNDO DE R\$ 1 BI PARA MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA .....	28
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>30</b>
GOVERNO REGISTRA SUPERÁVIT DE R\$ 79,3 BILHÕES EM JANEIRO, TERCEIRO MELHOR DA HISTÓRIA .....	30
PRATES DEFENDE 'CAUTELA' NO PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E INVESTIMENTOS EM RENOVÁVEIS, E AÇÕES DA PETROBRAS CAEM.....	31
G20: ENTENDA COMO O BRASIL QUER BUSCAR CONSENSO PARA TRIBUTAÇÃO GLOBAL DE SUPER-RICOS .....	33
GOVERNO PUBLICA MP QUE REVOGA REONERAÇÃO DA FOLHA DE 17 SETORES DA ECONOMIA.....	35
REFORMA TRIBUTÁRIA: ALÍQUOTA-PADRÃO DE NOVO IMPOSTO SÓ DEVE SER CONHECIDA NO SEGUNDO SEMESTRE; ENTENDA.....	37
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>38</b>
TREM ATÉ CAMPINAS E MAIS CIDADES: SAIBA O QUE PREVÊ CONCESSÃO COM LEILÃO MARCADO PARA AMANHÃ.....	38
'ESTAMOS EMPURRANDO COM A BARRIGA DISCUSSÃO SOBRE MUDAR META OU CONTINGENCIAR', DIZ SOLANGE SROUR.....	42
CAMPOS NETO DIZ QUE AINDA HÁ TRABALHO A FAZER PARA REDUZIR A INFLAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO .....	45



<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>46</b>
ANÁLISE: CRÍTICAS DE LULA À VALE CONFIRMAM QUE GOVERNO NÃO DESISTIU DE BOTAR ‘DEDO’ NA EMPRESA.....	46
PETRÓLEO FECHA SEM DIREÇÃO ÚNICA COM DADOS DE ESTOQUES DOS EUA .....	48
AGENDA DE EMPRESAS: BRASKEM PERDE GRAU DE INVESTIMENTO; BRF REVERTE PREJUÍZO E LUCRA R\$ 754 MILHÕES .....	49
GOVERNO PAULISTA REALIZA NESTA QUINTA-FEIRA LEILÃO DE TREM INTERCIDADES ENTRE SÃO PAULO E CAMPINAS .....	50
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>51</b>
LULA REVOGA REONERAÇÃO DE 17 SETORES DA ECONOMIA.....	51
RENDIMENTO PER CAPITA DO DF É QUASE O DOBRO DA MÉDIA NACIONAL .....	52
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>54</b>
ADMINISTRAÇÃO BIDEN LANÇA PROGRAMA DE PORTOS LIMPOS DE US\$ 3 BILHÕES .....	54
PORTORIO E PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU EXPLORAM POSSIBILIDADE DE PARCERIA .....	54
MOL E SASAKI SHIPBUILDING OBTÊM AIP PARA PROJETO DE NAVIO DE ABASTECIMENTO DE AMÔNIA .....	55
ULTRACARGO INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVO TERMINAL NO TOCANTINS.....	55
PPSA E EPE ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	56
ANTAQ, MPOR E PARCEIROS PUBLICAM EM MARÇO UM GUIA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO .....	56
CONSTRUTORES COREANOS RECEBEM GRANDES ENCOMENDAS PARA NAVIOS GASEIROS .....	57
PREÇOS DE CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-TANQUE SUBIRAM 50% DESDE 2020.....	57
TCU ANALISA A AQUISIÇÃO DE VOLUMES EXCEDENTES EM DUAS ÁREAS DO PRÉ-SAL.....	58
IMO ESTUDA MEDIDAS PARA PREVENIR A POLUIÇÃO POR PELLETS DE PLÁSTICO NO TRANSPORTE MARÍTIMO .....	59
ARTIGO - CONTRIBUIÇÕES PARA MELHORAR O DESEMPENHO PORTUÁRIO .....	59
CMA CGM, COSCO, EVERGREEN E OOCL ESTENDERÃO A OCEAN ALLIANCE ATÉ 2032.....	62
ANP DISTRIBUI ROYALTIES DE DEZEMBRO PARA CONTRATOS DE CONCESSÃO E CESSÃO ONEROSA .....	63
ARTIGO - CRISE NO CANAL DE SUEZ IMPACTA NO MERCADO DE SEGUROS .....	63
ROBERTHA MARQUES É A NOVA DIRETORA DE HSSEQ (SAÚDE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE) DA SUBSEA7 NO BRASIL.....	64
FPSO DUQUE DE CAXIAS RUMO AO BRASIL .....	64
MINISTÉRIO APROVA ATUALIZAÇÃO DO PDZ DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO .....	65
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>66</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	66



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### AUDITORES FISCAIS AGROPECUÁRIOS ESTENDEM MOBILIZAÇÃO

Eles estão em operação-padrão desde 22 de janeiro, e atuam diretamente na liberação de cargas para exportação

Por: Bárbara Farias - 28/02/24 - 08:56



**No Porto de Santos, atuam 26 auditores agropecuários e 11 técnicos** Foto: Sílvio Luiz/AT

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) estenderá a mobilização da categoria até esta quinta-feira (29), quando deverá participar de rodada de reuniões com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MDI) para tratar da proposta de remuneração salarial. Os auditores e os técnicos agropecuários, que estão em operação-padrão desde 22 de janeiro, atuam diretamente na

liberação de certificados e mercadorias de cargas para exportação. No Porto de Santos, atuam 26 auditores agropecuários e 11 técnicos.

Procurado, o Anffa Sindical explicou que “o MGI ofereceu aos auditores uma remuneração que perfaz aproximadamente 50% daquela oferecida aos auditores fiscais da Receita Federal”, o que não foi aceito. “A mesa específica do MGI não permite outras pautas além da remuneratória. Dessa forma, nas mesas setoriais que virão em seguida, será possível inserir outras pautas da carreira, notadamente aquelas voltadas para a qualidade no trabalho”.

O Anffa Sindical confirmou ainda que o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, sinalizou ao sindicato que também deverá participar do encontro nesta quinta-feira.

A entidade sindical esclareceu que não se trata de um movimento grevista ou de paralisação. “Neste período (desde janeiro até agora) os auditores têm deixado de cumprir horas extras não remuneradas, mas continuam respeitando os prazos previstos em normas do Ministério da Agricultura e Pecuária para a liberação de certificados e mercadorias, como, por exemplo, cargas para exportação nos portos brasileiros. Inclusive, a análise e a liberação de cargas perecíveis e vivas têm sido priorizadas pelos auditores agropecuários”.

O sindicato reitera que “não há tendência de radicalização do movimento, que não tem o objetivo de prejudicar o setor agropecuário nem o abastecimento de alimentos. A carreira busca, a partir desta mobilização, uma valorização da atividade de defesa agropecuária. Enquanto a arrecadação de impostos conta com mais de 30 mil auditores no País, a auditoria de alimentos conta com 2,3 mil auditores, sendo 20% deste total apto a se aposentar”.

O sindicato não informou se há liberações de certificados ou de mercadorias em atraso no Porto de Santos até o fechamento desta edição.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/02/2024

### PORTOS DO PARANÁ AMPLIAM MOVIMENTAÇÃO

Soja e açúcar puxam recorde nos portos paranaenses em janeiro; com mais de 5,1 mi de toneladas, crescimento foi de 20%

Por: ATribuna.com.br



**Movimentação de soja em grãos foi de 932,2 mil toneladas, 109% maior do que em janeiro de 2023, quando atingiu 445,3 mil toneladas Foto: Divulgação/Portos no Paraná**

Os portos paranaenses de Paranaguá e Antonina movimentaram mais de 5,1 milhões de toneladas em janeiro, volume 20% superior em comparação ao mesmo período do ano passado, o que também representa um recorde histórico para um mês de janeiro — o último havia sido de 4,2 milhões de toneladas.

As exportações de soja e açúcar puxaram os resultados do período. “O desempenho dos portos paranaenses é resultado de uma série de fatores, incluindo localização estratégica, infraestrutura moderna e gestão eficiente”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Segundo a Portos do Paraná, soja e açúcar puxaram os resultados das exportações no primeiro mês do ano. Em relação à soja em grãos, a movimentação registrada foi de aproximadamente 932,2 mil toneladas, 109% maior do que em igual período de 2023, que foi de 445,3 mil toneladas.

Na importação, a movimentação de fertilizantes cresceu 27%, passando de 661,8 mil toneladas em 2023 para 842,8 mil toneladas em 2024. A movimentação de açúcar alcançou 74,5 mil toneladas de sacas em janeiro, representando um crescimento de 188% em relação ao ano passado (25,8 mil toneladas). Já a movimentação de açúcar em grãos alcançou 425 mil toneladas, com alta de 126% sobre as 188,1 mil toneladas operadas em 2023.

### Acumulado

Segundo o diretor de operações da Portos do Paraná, Gabriel Vieira, o recorde é resultado da demanda acumulada do ano anterior que deve se estender ao longo do semestre.

“Apesar do grande volume de chuva, quase quatro dias a mais se comparado a 2023, a nossa produtividade foi muito boa graças à inteligência logística e à grande demanda acumulada do ano passado.

Atualmente temos uma boa perspectiva de rendimento para o primeiro trimestre, tanto que estamos preparados para receber os mais diversos tipos de cargas”, enfatizou. Atualmente, o maior comprador dos portos paranaenses é a China. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; as receitas para o mercado exterior atingiram US\$ 1,82 bilhão (R\$ 9,01 bilhões) no primeiro mês do ano, um aumento de 29,2% em comparação com janeiro de 2023 (US\$ 1,41 bilhão ou R\$ 6,98 bilhões).

### Desempenho

Outro recorde recente registrado pela Portos do Paraná foi conquistado em 2023, quando a empresa pública alcançou a marca de 65,4 milhões de toneladas movimentadas, um recorde histórico em 88 anos.

A movimentação do ano passado superou em 12% o recorde anterior registrado em 2022, que foi de 58,4 milhões de toneladas.

### Trabalho

Além do crescimento de movimentação, o ano passado registrou um crescimento na geração de empregos. Em 2023, 669 pessoas realizaram treinamentos de integração para contratos exclusivos com a Portos do Paraná, representando um crescimento de 24,5% em comparação a 2022 (537).

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 28/02/2024**

### NOVO AEROPORTO EM SP ESTÁ EM ESTUDOS

O programa deve ser oficializado na primeira quinzena do próximo mês.

Por: *Maurício Martins*



Foto: *Vanessa Rodrigues/AT*

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, anunciou segunda-feira (26) que o Governo Federal retomou estudos para a construção de um novo aeroporto no estado de São Paulo.

“Estamos trabalhando, ao lado do presidente Lula, para fazer o novo aeroporto, possivelmente será entre Caieiras e Cajamar (na Região Metropolitana de São Paulo). Estamos trabalhando com a iniciativa privada, estudos estão sendo feitos”.

Costa Filho não detalhou, mas um projeto naquela área já foi estudado por uma concessionária de rodovias e não evoluiu. A prioridade seria para transporte área do cargas, já que a área tem localização privilegiada, próxima à Capital, ao Rodoanel e comportaria uma linha férrea.

### Congonhas

O ministro afirmou que o Aeroporto de Congonhas, na Capital, terá investimentos de R\$ 2 bilhões por meio da Aena, concessionária responsável pela operação do local. Ele não detalhou o que será feito com o dinheiro. “A gente sabe que Congonhas é fundamental para o Brasil, é o coração da aviação brasileira, e no próximo dia 18 de março estaremos anunciando esses investimentos”.

O ministro também falou do programa Voa Brasil, que prevê passagens aéreas de até R\$ 200. Segundo ele, o programa foi formatado para aposentados que não tenham viajado nos últimos 12 meses e beneficiários do Programa Universidade Para Todos (Prouni).

A proposta de criação do Voa Brasil foi anunciada pelo ex-ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, em março do ano passado. Segundo Costa Filho, França se expressou mal quando anunciou o programa e deu a entender que o benefício poderia alcançar toda a população.

O programa deve ser oficializado na primeira quinzena do próximo mês.

### Aviação

“Nossa expectativa da carteira de investimentos (em aeroportos) é R\$ 1,1 bilhão em obras públicas e, em concessões, estamos falando em quase R\$ 11 bilhões em investimentos”, diz Sílvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: *27/02/2024*

### HIDROVIAS DEVEM RECEBER R\$ 700 MILHÕES

É o investimento que o Governo Federal planeja para este ano

Por: *Maurício Martins*

O Governo Federal planeja investir R\$ 700 milhões em hidrovias de todo o País este ano, alta de 11% em relação aos R\$ 648,4 milhões gastos no setor em 2023. Comparando com 2022, quando o montante ficou em R\$ 192 milhões, o aumento chega a 275%.



**Porto de Santos pode receber investimentos de até R\$ 12 bilhões nos próximos cinco anos, diz ministro Foto: Vanessa Rodrigues/AT**

Os dados foram apresentados pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante evento, na tarde desta segunda-feira (26), na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), na Capital. Segundo ele, o investimento será principalmente em dragagens, para aumentar o escoamento da produção brasileira.

O ministro reafirmou o compromisso assumido no ano passado de criar a Secretaria Nacional de Hidrovias, o que deve acontecer “nos próximos dias”, diz o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

“Nunca foi feita concessão, nenhuma PPP (parceria público-privada) em hidrovias no Brasil. A expectativa é que possamos fazer mais de cinco novas PPPs de hidrovias no País”, afirma o ministro.

Costa Filho lembrou que o Brasil tem 18 mil quilômetros de hidrovias navegáveis, mas com capacidade de chegar em até 42 mil quilômetros. “O potencial é ainda maior depois de alguns estudos que estão sendo feitos, pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e pelo Governo Federal, de chegarmos a 64 mil quilômetros. Está sendo feito um mapeamento nacional para esse novo modal de transporte no País”.

Segundo o ministro, cada comboio de transporte hidroviário representa 515 caminhões ou 258 vagões de trem a menos em circulação. “Temos muitos projetos em andamento. Liberamos agora R\$ 3 bilhões para um grupo brasileiro que vai comprar 400 barcaças para operar no eixo da Amazônia Legal, no Eixo Norte do País, e fazer exportações”.

### **Porto de Santos**

Costa Filho também voltou a falar sobre investimentos em portos, citando o túnel imerso Santos-Guarujá como maior obra do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com custo de R\$ 6 bilhões, em parceria com o Governo do Estado. Lembrou da dragagem, com custo de R\$ 6 bilhões, e a Avenida Perimetral, avaliada em R\$ 650 milhões.

“Então, só o Porto de Santos, que representa mais de 30% da corrente de exportação e importação no Brasil, vai receber nos próximos quatro ou cinco anos investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões”.

O ministro também ressaltou que nos próximos três anos serão feitos aproximadamente 35 novos leilões em portos no Brasil, com investimentos previstos de quase R\$ 15 bilhões.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**  
**Data: 27/02/2024**

### **PORTOS CARTESIANOS: COGITO, ERGO SUM**

Análise deve envolver a decomposição do funcionamento do porto em seus componentes básicos para entender suas operações

**Por: Luis Claudio Santana Montenegro**

Portos não podem ser gargalo ao desenvolvimento econômico. Devem ser dotados de capacidade suficiente para destravar investimentos produtivos e ampliar a nossa participação no comércio global. Assim, as decisões no setor portuário devem passar por análises técnicas criteriosas para melhoria contínua da sua eficiência.

Porém, percebe-se que diversas decisões que envolvem o setor portuário têm sido tomadas baseadas em hipóteses não comprovadas. Tenho repedido que o setor portuário brasileiro dispõe de muita informação de base estatística e do amplo conhecimento empírico acumulado em sua história.

Não há, portanto, motivos para que uma decisão no setor não seja tomada fundamentada em elementos técnico-científicos objetivos.



**Foto: Sílvio Luiz/AT**

O que diferencia o conhecimento científico de outras formas de conhecimento é que ele não depende do que cada um acredita em relação a uma informação. O conhecimento científico é sempre fundamentado em elementos racionais, com o uso de procedimentos, métodos, técnicas, todas passíveis de serem comprovadas.

Portos são um subsistema do transporte e, por isso, suas atividades são amplamente estudadas no contexto da engenharia de transportes, em disciplinas como pesquisa operacional, teoria de filas, análises técnico-econômicas, métodos de otimização, dentre outros.

Pois um debate que venho participando tende a culminar, no limite, na avaliação se um terminal portuário deve ou não realizar armazenagem de carga. Ora, visto dessa forma, alguém poderia dizer que essa armazenagem poderia ser feita em outro local. Porém, quando analisamos com um mínimo de rigor técnico, rapidamente chegaremos à conclusão de que é impossível que as cargas sejam colocadas diretamente do navio para cima de um caminhão que a levará a um destino de armazenagem em outro local.

Um mínimo de análise operacional permite verificar que esse formato de operação era feito no final da década de 1970 no Brasil, com uma produtividade média de 6 TEU por hora, utilizando-se de guindastes rudimentares. Atualmente, a produtividades ultrapassa a média de 80 TEU por hora, por navio (VMPH).

Nesse padrão de produtividade, movimenta-se 600 TEU em cerca de 7 horas. No modelo em que o contêiner fosse colocado diretamente em caminhões com destino a uma armazenagem em outro local, esse mesmo navio seria operado em mais de quatro dias.

A inclusão do contêiner na logística permitiu que os custos de transporte fossem reduzidos com a possibilidade de aumento do tamanho dos navios, que chegam atualmente a mais de 20.000 TEU de capacidade. O retrocesso a um modelo da década de 1970 inviabilizaria o País para qualquer navio atualmente operacional no mundo.

Conclui-se que terminais portuários precisam armazenar cargas pelo simples fato de que não o fazer significaria custos insustentáveis para o nosso comércio exterior.

René Descartes, no século 17, já defendia a busca pela verdade por meio da razão e do pensamento científico. A análise da eficiência de um porto deve ser cartesiana no sentido de que tal análise se beneficiaria de uma abordagem sistemática, lógica e racional, características associadas ao pensamento cartesiano.

Uma análise cartesiana deve envolver a decomposição do funcionamento do porto em seus componentes básicos para entender melhor suas operações, identificar pontos de ineficiência e propor melhorias. Isso inclui a aplicação de métodos analíticos e quantitativos, como a análise de dados operacionais, avaliação da capacidade e desempenho dos serviços portuários, e a otimização dos processos logísticos.

Decisões sobre portos devem ser cartesianas. Tal abordagem se alinha com o espírito do método cartesiano de dúvida sistemática e análise racional para alcançar conclusões claras e fundamentadas.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**  
**Data: 27/02/2024**



### SOFTWARE DE EMPRESA SANTISTA AGILIZA PROCESSO DE EXPORTAÇÃO

Programa surgiu a partir da identificação de lacuna significativa envolvendo cargas soltas nos portos  
**Por: Ted Sartori**



**Programa surgiu a partir da identificação de lacuna significativa envolvendo cargas soltas nos portos Foto: Vanessa Rodrigues/AT**

De olho nas cargas soltas e a granel, a HXtos, startup criada em 2021 no Porto de Santos, desenvolveu um software que leva o nome da empresa para atender toda a cadeia logística de ponta a ponta, desde a origem na fábrica, exportador ou produtor até o seu destino.

“A ideia surge a partir da identificação de uma lacuna significativa no setor logístico portuário envolvendo carga solta, como celulose, aço, entre outras, e granel, caso de soja, milho, açúcar e fertilizantes. As soluções disponíveis até então estavam majoritariamente direcionadas para a operação de contêineres, deixando de atender às demandas particulares desse segmento”, recorda o cofundador e CEO da HXtos, Luiz Simões.

A intenção da Solução HXtos é ir além de um Sistema de Operações de Terminais, mas representar a chave para o controle, gestão logística e inteligência em ambientes portuários, recintos alfandegados e armazéns gerais que lidam com esse tipo de carga. O processo abrange agendamento, recebimento, armazenagem, planejamento de embarque e muito mais.

“Nossa solução se integra perfeitamente com as exigências da Receita Federal do Brasil - e demais órgãos anuentes - e se conecta a qualquer ERP (planejamento de recursos empresariais) de destaque, como SAP e TOTVS, proporcionando um atendimento completo, eficiente e integrado com todas as etapas do processo”, explica Simões. “Isso garante 25% mais agilidade na recepção e armazenagem da carga, permitindo aumento de 30% na produtividade e nos processos de planejamento e replanejamento de embarque”, completa.

Atualmente, o software está em três terminais no Porto de Santos, um em Itaqui, no Maranhão, e há projetos internacionais iniciados. “Atualmente, 72% da celulose exportada no Porto de Santos passa pela solução HX, assim como 40% do volume total de celulose exportado no Brasil”, calcula o cofundador e CEO da HXtos.

#### Inovações

A última inovação do programa é a Hatch List. Após planejamento e embarque da viagem, a solução permite que o porto de destino consulte e identifique as cargas e sua distribuição no porão do navio por cliente ou produto. É possível também a subdivisão da remessa para que o exportador realize o processo de venda em águas. E as novidades não param, mas atingindo outros aspectos.

“Para este ano, almejamos aumentar nossa participação no volume de celulose exportado no Brasil, além de estabelecer parcerias estratégicas para as soluções voltadas para grãos e expandir nossa presença além das fronteiras do mercado brasileiro”, projeta Simões.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 27/02/2024**

Sete Brasil, que tinha como sócios desde a Petrobras até o fundo de investimentos do BTG, teve a falência solicitada à Justiça. Sob reserva, uma fonte em um dos estaleiros contratados pela companhia avalia o estrago deixado pela empresa

*Por Fernando Ítalo*



***Sete Brasil teve pedido de falência enviado à Justiça pelo administrador Gustavo Licks/Foto: Gustavo Licks (AE)***

A Sete Brasil, um dos maiores fracassos de política industrial do país, teve a falência solicitada à Justiça na semana passada, pelo administrador da companhia, Gustavo Banho Licks. Se o pedido for aceito, será a pá de cal na possibilidade de recuperação dos R\$ 17 bilhões que a empresa deve a estaleiros nacionais, Petrobras e Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), entre outros credores.

Uma fonte na alta gestão de um dos estaleiros contratados pela Sete Brasil lamenta o desfecho desse drama corporativo, que envolve ambição política desmedida do governo federal à época, irresponsabilidade no trato do dinheiro público e privado e uma operação de combate à corrupção de viés golpista e que quase destruiu a economia do país.

“Os contratos para a construção das sondas de perfuração da Sete Brasil, que foram descontinuados devido ao seu inadimplemento financeiro, resultaram em um prejuízo bilionário para indústria de construção naval e offshore no Brasil”, avalia, sob reserva.

Segundo a fonte, “as dívidas da Sete Brasil afetaram não apenas os estaleiros, mas também toda a cadeia de fornecedores que haviam sido subcontratados para esse projeto”.

Ainda de acordo com a fonte, “o inadimplemento financeiro da Sete Brasil e algumas de suas empresas de propósito específico [SPEs], que foram constituídas na Holanda para a contratação dos estaleiros no Brasil, já perdura por quase 10 anos”.

“Apesar deste longo período, até o momento não foi apresentada nenhuma proposta factível para o pagamento de determinados credores, como os estaleiros”, acrescenta.

Procurado, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) não quis comentar o assunto.



***Contratos de navios-sonda da Sete Brasil deixaram prejuízo bilionário para estaleiros, como o Enseada, na Bahia/Foto: Estaleiro Enseada (Divulgação)***

### **Sete Brasil: história de um naufrágio**

A Sete Brasil foi criada, na febre do pré-sal, como empresa de gestão de portfólio de ativos voltados para a exploração na camada pré-sal. Apesar da definição genérica, o objetivo era bem específico e ambicioso: trazer para o Brasil a tecnologia de projetos e construção de navios-sonda. Esse

tipo de embarcação é usada na perfuração ou manutenção de poços de petróleo.

O grupo de investidores à frente da companhia reunia a própria Petrobras, fundos de pensão (como Petros, Funcef, Previ e Valia), bancos (Itaú, Santander e Banco do Brasil) e fundos de investimento (como o do BTG).

Em 2011 e 2012, a empresa ganhou duas licitações da Petrobras para a construção de 28 sondas de última geração que seriam afretadas à estatal.

### Estaleiros gastaram bilhões em equipamentos

Para a construção das embarcações, foram fechados contratos com estaleiros como Atlântico Sul Heavy Industry Solutions (PE), Enseada (BA) e Rio Grande/ECOVIX (RS), que gastaram bilhões de reais na importação de equipamentos que seriam destinados aos primeiros navios-sonda fabricados no mercado nacional.

No entanto, em meio ao turbilhão dos escândalos gerados pelo lava-jatismo e à crise sem precedentes na Petrobras, a Sete Brasil parou de pagar aos estaleiros. As plantas navais, depois de meses de espera pelos recursos, suspenderam unilateralmente os contratos e aguardam até hoje a quitação do saldo.

### Sete Brasil deu prejuízo à Petrobras de R\$ 5 bi em 2016

Em 2016, a Petrobras reconheceu um prejuízo de R\$ 5,6 bilhões no investimento feito na Sete Brasil. Em 2018, a companhia entrou em recuperação judicial, mas o processo foi mal-sucedido. Em 2019, o passivo total deixado pela empresa já tinha evoluído para R\$ 17,4 bilhões, de acordo com a Controladoria Geral da União (CGU) que, em seus relatórios, destacava “pequena probabilidade de recuperação dessa dívida”.

Na semana passada, se tornou público o pedido de insolvência. Na petição, o administrador Gustavo Banho Licks afirma que o prazo para o cumprimento do plano de RJ era 22 de novembro de 2020, portanto o processo já tinha extrapolado em mais de três anos o que determina a Lei de Falência e Recuperação Judicial.

Se o pedido for aprovado, a Petrobras – que vinha tentando recuperar pelo menos R\$ 1 bilhão do que tem a receber da Sete Brasil – deve esquecer essa possibilidade, assim como o FGCM, que destinou R\$ 6,3 bilhões à empresa, e o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), responsável por um aporte de R\$ 2,5 bilhões no negócio.

Essa será a única alternativa também para os estaleiros contratados pela companhia, atualmente em RJ da mesma forma que a contratante. Que nunca seja esquecido, no entanto, o aprendizado que esse episódio lamentável de política industrial desastrosa e aventura política deixa para o Brasil, especialmente para a indústria naval e offshore.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*  
Data: 28/02/2024

Estudo realizado entre os dias 9 e 18 de fevereiro ouviu 3.345 usuários nos principais terminais do país



**Pesquisa foi realizada pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)**

Levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) mostra que, apesar da intensa movimentação durante os dias de Carnaval, o grau de satisfação dos passageiros foi elevado nos principais aeroportos do país. A nota média obtida foi de 4,41 pontos, em uma escala até 5.

A melhor nota ficou com o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, que recebeu 4,75. Em seguida vieram os aeroportos de Vitória (4,65), Confins (4,61), Curitiba (4,58) e Porto Alegre (4,55). Também ficaram acima da média os aeroportos de Maceió (4,54) e Brasília (4,42).

A pesquisa de satisfação foi realizada entre os dias 9 e 18 de fevereiro (de sexta-feira antes do Carnaval a domingo após o feriado) e ouviu 3.345 usuários sobre 48 parâmetros relacionados aos processos e serviços aos quais os passageiros são submetidos.

Entre os itens mais bem avaliados, na média geral, ficaram o embarque (4,63) e desembarque (4,52). Também foi bem avaliado o processo de check-in (4,47) e a inspeção de segurança (4,49). A área de Comércio e Serviços ficou com a pior média geral (4,12).

Com relação aos dias da entrevista com os passageiros, a melhor avaliação média foi no dia 16 de fevereiro (sexta-feira após o Carnaval), com 4,46 pontos. A pior nota de satisfação foi obtida no dia 10 de fevereiro (sábado de Carnaval), com 4,33.

Realizada pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), a pesquisa avalia a experiência do passageiro no momento da viagem para levantar informações que contribuam a gestão aeroportuária e o aumento da capacidade e eficiência da infraestrutura dos aeroportos do país.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 28/02/2024*

## SILVIO COSTA FILHO APRESENTA PLANO DE INVESTIMENTOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS EM PORTOS E AEROPORTOS

Em evento na Bolsa de Valores de São Paulo, ministro confirma investimentos para ampliar capacidade e competitividade das estruturas brasileiras e anuncia intenção de valorizar o sistema de hidrovias no País



*Silvio Costa Filho durante apresentação na P3C - Foto: Eduardo Oliveira*

Nesta segunda-feira (26), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou do evento P3C, em São Paulo (SP), sobre Parceria Público-Privada (PPPs) e Concessões. Evento tem o objetivo de debater sobre os Investimentos em Infraestrutura no Brasil e avaliar cenário das parcerias públicas e privadas de modo a tornar o ambiente de negócios mais previsível e seguro para os investidores no Brasil seguindo critérios

ambientais, sociais e de governança.

O Silvio Costa Filho participou da abertura e debateu na plenária sobre a apresentação sobre as perspectivas do Novo PAC em 2024 e detalhou sobre as obras e investimentos previstos para portos, aeroportos e hidrovias.

### Portos

O ministro reforçou a importância de falar da agenda portuária para a balança comercial brasileira, tendo em vista o que representa as nossas exportações para o Brasil. "Esse ano batemos recordes na balança comercial com US\$ 90 bilhões, com o maior crescimento do escoamento do agronegócio. Para isso a gente precisa cada vez mais estruturar os portos do País para levar ações para ampliar o escoamento da produção brasileira", destacou.

Silvio Costa Filho ainda destacou a meta de alcançar investimentos de R\$ 2 bilhões ainda este ano. "Estamos em um processo de fortalecimento desta pasta, ao lado do nosso presidente Lula, e de

todos que fazem o governo. Importante destacar que saímos de 2022 de R\$ 690 milhões de investimentos e nesse ano de 2024 nossa perspectiva é chegar a R\$ 2 bilhões em investimentos públicos, a exemplo de dragagens, requalificação de moles, estruturando nossos portos públicos e os delegados”, declarou.



### Aeroportos

Silvio Costa Filho reforçou o empenho do Governo Federal na regionalização aeroportuária para o desenvolvimento econômico regional. "Saímos no final do governo passado de investimentos públicos, sobretudo na Aviação Regional, de R\$ 125 milhões para R\$ 187 milhões e vamos chegar a 2024 com mais de R\$ 500 milhões em investimentos", disse. Além disso, foi anunciado um investimento de R\$ 2 bilhões para o aeroporto de Congonhas, em São Paulo (SP).



### Hidrovias

Silvio Costa Filho lembrou que em breve o Ministério de Portos terá a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias. A intenção de priorizar o aproveitamento dos rios brasileiros para o transporte de cargas e de passageiros. "Um dado importante em relação ao que representa hoje o Brasil tem 18 mil quilômetros de hidrovias navegáveis, a gente tem a capacidade de poder chegar até 42 mil quilômetros", disse.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 28/02/2024

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Evento P3C ocorreu na B3, em São Paulo, nesta segunda-feira (26), e reuniu investidores e agentes públicos para tratar do ambiente de negócios no setor



#### **Evento P3C reuniu investidores e agentes públicos para tratar do ambiente de negócios no setor**

Alinhado às diretrizes do Governo Federal de construir parcerias sólidas com a iniciativa privada para alavancar a infraestrutura brasileira, equipe do Ministério dos Transportes participou, nesta segunda-feira (26), do P3C: iniciativa voltada a investidores do setor, operadoras de infraestrutura, consultores, financiadores e agentes públicos. O objetivo do evento, que ocorreu na B3, em São Paulo (SP), é tornar o ambiente de negócios mais previsível e seguro para os

investidores no Brasil, seguindo critérios ambientais, sociais e de governança.

“Participamos em vários painéis e discutimos temas muito importantes com operadores e investidores do setor, principalmente porque estamos com uma agenda muito progressiva sob o aspecto da inovação e da regulação. Nosso pipeline de projetos é muito robusto, o que chama a atenção do mercado”, apontou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro. Sob a nova política de concessões rodoviárias, amplamente debatida com o setor privado e lançada em junho de 2023, a expectativa para este ano é levar a leilão 13 projetos rodoviários, o que representa a injeção de mais de R\$ 122 bilhões em recursos privados nas rodovias federais durante a duração dos contratos.

Para a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, o processo de escuta é fundamental para aliar os setores público e privado por mais obras e desenvolvimento. “Temas como esses são muito importantes, porque eles aproximam o Ministério dos Transportes da iniciativa privada. Podemos ouvir, conversar e entregar uma infraestrutura melhor, com mais qualidade”, completou.

#### **Premiação**



#### **Viviane Esse recebe prêmio. Foto: Marcio Ferreira/MT**

Ao final do evento, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol do setor de Transportes, a secretária Viviane Esse foi condecorada durante a premiação Mulheres na Infraestrutura. “Quando a gente recebe uma indicação como essa, é inevitável repensar a carreira. Tenho muito a agradecer. Primeiro ao ministro dos Transportes, Renan Filho, por ter me escolhido como a primeira mulher a representar a Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário. Também a todos que contribuíram para essa conquista”, destacou. “É muito importante que

eu possa ser um exemplo a tantas mulheres que estão começando na carreira, para que elas saibam

que podem ser o que quiserem. Mesmo no setor de infraestrutura, que é muitas vezes tido como exclusivamente masculino", concluiu.

Também participaram do P3C o secretário Nacional de Trânsito, Aduardo Catão; o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, governadores e outros agentes públicos.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 28/02/2024*

## REVITALIZAÇÃO DA BR-116/RS IMPULSIONA TURISMO NA ROTA ROMÂNTICA GAÚCHA

Foram realizados reparos em 28 quilômetros da rodovia federal, no trecho entre Nova Petrópolis e Morro Reuter



**Região gaúcha tem grande potencial para o turismo gastronômico e arquitetônico - Foto: Divulgação/DNIT**

Reafirmando o compromisso de melhorar a malha viária do país, o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, concluiu a revitalização de 28 quilômetros da BR-116/RS, parte essencial da conhecida Rota Romântica, entre Nova Petrópolis e Morro Reuter, no Rio Grande do Sul. O objetivo é aumentar a segurança viária e a fluidez no tráfego,

fortalecendo a infraestrutura turística e incentivando a exploração das riquezas culturais e naturais da região.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) executou do quilômetro 183,8 ao 211,8, na via serviços de microrrevestimento e sinalização, totalizando um investimento de cerca de R\$4,3 milhões. Essas melhorias foram projetadas para aprimorar a segurança dos usuários que trafegam pela BR-116/RS, especialmente aqueles com destino ao município de Gramado (RS).

### Potencial turístico

A Rota Romântica engloba cidades como Novo Hamburgo, Ivoti, Morro Reuter e Nova Petrópolis, todas enraizadas na rica cultura alemã. Já o trecho que passa por municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Flores da Cunha tem influência italiana, consolidando-se como a rota dos vinhos. Ambos os segmentos apresentam grande potencial para o turismo gastronômico e arquitetônico, oferecendo aos visitantes paisagens montanhosas muitas vezes ladeadas por majestosas árvores de plátano.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 28/02/2024*

# BE NEWS

## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – CRISE NO SETOR AGROPECUÁRIO

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) destaca um cenário desafiador para o setor agropecuário brasileiro, especialmente com a perspectiva de uma colheita de grãos em declínio no Centro-Oeste. A quebra de safra e os preços abaixo do custo de produção estão gerando dificuldades financeiras para os produtores, demandando ações imediatas do Governo até mesmo



para evitar impactos negativos na economia brasileira, especialmente no Produto Interno Bruto (PIB) e no emprego.

O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion, destacou a necessidade urgente de reconhecimento por parte do Governo sobre a gravidade da situação. A crise exige uma resposta ágil e substancial, seja por meio do Plano Safra ou do seguro rural. A renegociação de dívidas e a exploração de opções de seguro tornam-se cruciais para a estabilidade financeira dos produtores.

A disparidade entre as projeções de entidades como a Aprosoja Brasil e a Conab evidencia a incerteza e a complexidade do cenário. O desequilíbrio comercial, com colheitas menores e preços significativamente abaixo do custo de produção, está pressionando os produtores. O exemplo das plantações de soja vendidas a R\$140 por saca, mas comercializadas por apenas R\$ 90, destaca a urgência de intervenções.

O deputado Rodolfo Nogueira, ao elaborar um projeto de lei para a renegociação de dívidas dos produtores rurais, apresenta uma abordagem concreta para enfrentar a crise. O alívio financeiro proposto é fundamental para preservar as operações dos agricultores e evitar endividamentos excessivos que poderiam comprometer suas atividades.

A situação, conforme ressaltado pelo presidente da Aprosoja-MT, Lucas Costa Beber, é agravada pelos efeitos do clima em estados como Mato Grosso. Com uma queda significativa na produção, a necessidade de apoio governamental torna-se ainda mais premente.

Diante desse panorama desafiador, é imperativo que o Governo Federal adote medidas decisivas para mitigar os impactos da crise no setor agropecuário. Ações imediatas, como a renegociação de dívidas e o fortalecimento do seguro rural, são essenciais para preservar a vitalidade desse setor, que desempenha um papel crucial na economia nacional.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 28/02/2024*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **TRENS INTERCIDADES 1**

O Governo de São Paulo estuda implantar mais três projetos de trens intercidades (TIC) no Estado. Após o leilão da linha ligando São Paulo a Campinas, que acontecerá amanhã, dia 29, na B3 (a bolsa de valores paulista), a equipe do governador Tarcísio Gomes de Freitas vai analisar a viabilidade de ferrovias indo da capital até Santos, Sorocaba e São José dos Campos. Os empreendimentos foram destacados por Tarcísio em recente evento.

### **TRENS INTERCIDADES 2**

Segundo o secretário de Parcerias em Investimentos de São Paulo, a ideia de expandir a malha dos trens intercidades no Estado partiu do próprio governador, devido a sua “paixão” pelo modal. No caso da linha ligando a Santos, no Litoral Paulista, o desafio é ultrapassar a Serra do Mar. A solução é sair da Capital por Parelheiros (Linha 9-Esmeralda) e descer pela região Sul da Baixada Santista, passando pela cidade de Mongaguá, onde a inclinação da serra é mais suave.

### **TRENS INTERCIDADES 3**

Sobre os outros dois projetos, o Governo do Estado já contratou um estudo ao International Finance Corporation (do Banco Mundial) para analisar a linha até Sorocaba, especialmente a viabilidade das opções de traçados apresentadas. Uma audiência pública para discutir o empreendimento, que pode chegar a custar R\$ 9,5 bilhões, deve ocorrer no próximo ano. A ideia é publicar o edital em 2025 e realizar o leilão de concessão logo depois.



### **TRENS INTERCIDADES 4**

Já a linha São Paulo-São José dos Campos deve ser avaliada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A proposta é que o leilão desse TIC entre 2026 e 2027.

### **TRENS INTERCIDADES 5**

O Trem Intercidades Eixo Norte, que ligará a capital até Campinas e irá para leilão nessa quinta-feira, deve transportar quase 550 mil pessoas por dia no primeiro ano de operação. A expectativa do Governo de SP é de investimentos de R\$ 13,5 bilhões.

### **VISITA COMERCIAL**

O Rio Grande do Sul receberá uma delegação comercial de empresários, composta por lideranças privadas, políticas e diplomáticas do Reino dos Países Baixos nos próximos dias 3 e 4 de março. O grupo holandês participará de encontros de negócios e de cooperação, em especial nas áreas de portos e energias renováveis.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/02/2024

### **NACIONAL - GOVERNO REVOGA MP QUE REONERA 17 SETORES DA ECONOMIA**

Próximo passo é enviar um novo texto para debater a desoneração e o fim do Perse

Por **MARÍLIA SENA** [marilia.sena@redebenews.com.br](mailto:marilia.sena@redebenews.com.br)



**Ao revogar a MP da reoneração de 17 setores da economia, o presidente Lula atendeu aos pleitos dos congressistas que ficaram insatisfeitos com o veto à desoneração (Foto: Ricardo Stuckert/PR)**

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), revogou na terça-feira, 27, a Medida Provisória 1202/2023 que reonerava 17 setores da folha de pagamento. O Governo Federal vai enviar um novo texto em formato de projeto de lei (PL) para debater a desoneração da folha de pagamento e o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

A informação foi confirmada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. “Mais uma vez estamos dando um passo para, na negociação do Congresso Nacional, chegarmos à melhor solução que garanta a saúde das contas públicas, que estimule a geração de emprego, crescimento e fortalecimento dos municípios”, disse Padilha.

O Governo contava com a reoneração para evitar uma queda de cerca de R\$ 16 bilhões na receita neste ano. Segundo o ministro, continuarão no texto a revogação do Perse e a limitação para compensação tributária de créditos judiciais.

O texto aprovado pelos parlamentares permitia que empresas dos 17 setores substituíssem a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado.

“O próximo passo desse esforço da negociação será a apresentação pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dos dados dos impactos sobre a saúde das contas públicas, tanto da compensação tributária, quanto do chamado Perse, que é aquele programa criado ainda na época da pandemia. A pandemia já acabou [...] mas [o Perse] continuava e começa a gerar um impacto na saúde das contas públicas muito grande”, disse Padilha.

Ao revogar a reoneração, Lula atende aos pleitos dos congressistas que ficaram insatisfeitos com o veto à desoneração. O Governo começa agora uma nova articulação pelo projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional.

A extensão da desoneração de 17 setores da folha de pagamento até 2027 foi aprovada pelos parlamentares em outubro de 2023. O presidente Lula vetou o incentivo fiscal em novembro, mas a medida foi derrubada pelo Congresso em dezembro do ano passado.

Duas semanas depois, o Ministério da Fazenda enviou a Medida Provisória que não foi bem recebida pelos parlamentares. Desde então, o Governo se debruçou até durante o recesso parlamentar em reuniões com deputados e senadores para resolver a questão.

Na última semana, o líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), já havia afirmado que a reoneração estava descartada em 2024. A afirmação foi feita após uma reunião com o ministro Fernando Haddad. Ele também adiantou que o Palácio do Planalto não abriria mão de negociar o Perse.

O incentivo fiscal que foi concedido durante a pandemia de Covid-19 pode gerar um impacto de R\$ 17 bilhões a R\$ 30 bilhões só no primeiro semestre de 2024, informou o governo. “Vamos discutir, receber as propostas do Congresso e das frentes relativas ao tema e vamos fazer ajustes. O que não pode é manter uma renúncia de R\$ 17 bilhões a R\$ 30 bilhões”, afirmou Randolfe Rodrigues na ocasião.

### Manutenção do Perse

Na terça-feira, após o anúncio do Palácio do Planalto, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) e a coalizão das Frentes Parlamentares afirmaram que reconhecem a atitude do Governo Federal de revogar a reoneração, mas se preocupam com a decisão de manter o Perse.

“O programa se provou fundamental para garantir a retomada do setor. No entanto, eventuais irregularidades têm que ser corrigidas e combatidas, mas sem prejudicar a atividade econômica como um todo”, justificou a FPE em nota.

O colegiado apontou que com a lei da desoneração que começou em 2012, o Governo não deixou de arrecadar impostos. “Mesmo com a lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento, o governo federal arrecadou R\$ 280,6 bilhões, a maior soma mensal de toda a série histórica. Isso mostra que há espaço para evitar uma penalização excessiva aos empreendedores que movimentam a economia do Brasil”, concluiu a FPE.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/02/2024

## NACIONAL - QUEBRA DE SAFRA PREOCUPA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

Outro problema apontado pelo grupo durante reunião são os preços abaixo do custo de produção  
Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redebenews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redebenews.com.br)



*Entidades do setor, como a Aprosoja Brasil, preveem que a safra brasileira de soja será de 135 milhões de toneladas, enquanto a Conab estima 149,4 milhões de toneladas (Foto: Wenderson Araújo/Trilux)*

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu na terça-feira, dia 27, para discutir os desafios da crise no setor agropecuário brasileiro. Com a projeção de colheita de grãos no Centro-Oeste em declínio, a preocupação da frente é que as dificuldades se estendam por todo o país, ameaçando o Produto Interno Bruto (PIB) e aumentando o desemprego.

Após o encontro, a frente parlamentar destacou que a quebra de safra e os preços abaixo do custo de produção estão gerando dificuldades financeiras para os produtores, tornando imprescindível a renegociação de dívidas e a exploração de opções de seguro rural.

O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), destacou a importância do Governo reconhecer o atual momento de dificuldade do setor. “O primeiro ponto é o Governo assumir e indicar que estamos em uma crise e que vamos precisar de um montante razoável e importante de recursos para compensar essa crise, seja no Plano Safra, seja no seguro”, afirmou.

Entidades do setor, como a Aprosoja Brasil, preveem que a safra brasileira de soja será de 135 milhões de toneladas, enquanto a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima 149,4 milhões de toneladas.

Segundo a FPA, o desequilíbrio comercial é o principal problema, com colheitas menores e preços dos produtos muito abaixo do custo de produção, citando o exemplo de plantações de soja que foram vendidas a R\$140 por saca, mas estão sendo comercializadas por apenas R\$ 90.

O chefe da frente acredita que a situação não será resolvida logo. “São dois, três anos de enfrentamento pela frente. Temos que nos adaptar a uma nova realidade que está pesando demais para os produtores”, disse Lupion.

O presidente da Aprosoja-MT, Lucas Costa Beber, afirmou que a situação em Mato Grosso está sendo agravada pelos efeitos do clima. “Mato Grosso é um estado onde normalmente as chuvas ocorrem de forma regular, mas este ano terá uma grande queda na produção de muitos produtos, com colheitas que podem ficar entre 80% e 90% abaixo do normal.”

O deputado federal Rodolfo Nogueira (PL-MS) afirmou ter elaborado um projeto de lei para renegociar as dívidas dos produtores rurais. “Ao proporcionar esse alívio financeiro, estamos oferecendo aos agricultores a oportunidade de enfrentar esses desafios de forma mais resiliente, preservando suas operações e evitando o endividamento excessivo que poderia resultar na impossibilidade de cumprir com seus compromissos financeiros”, disse.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 28/02/2024**

## **NACIONAL - BRASIL EXPORT VAI FIRMAR PARCERIA COM IBI**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Acordo será oficializado pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, pelo presidente do Conselho de Administração do IBI, Mauro Sammarco, e pelo diretor-presidente do Instituto, Mario Povia (Foto: Divulgação/Porto de Itajaí)**

O Grupo Brasil Export e o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) vão firmar um protocolo de intenções para a divulgação de projetos e políticas de infraestrutura aquaviária, portuária e aeroviária do País. A parceria será celebrada hoje, durante a reunião mensal do Conselho Nacional do Brasil Export, a ser realizada em Brasília.

O acordo será oficializado pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, pelo presidente do Conselho de Administração do IBI, Mauro Sammarco, e pelo diretor-presidente do Instituto, Mario Povia.

O Grupo Brasil Export é o responsável pelos fóruns Brasil Export, série de eventos nacionais e internacionais que debatem o setor de infraestrutura, especialmente o segmento de transportes, seu desenvolvimento, desafios e oportunidades de negócios. Também integra o grupo a Rede BE News,

sistema de comunicação voltado a esses setores e que conta com o Jornal BE News, o Portal BE News ([www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)) e a TV BE News (que pode ser assistida no portal, no site [www.tvbenews.com.br](http://www.tvbenews.com.br) e pelo canal do Youtube @tv\_benews).

O IBI é o braço técnico da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) do Congresso Nacional. Criado no ano passado, ele tem o objetivo de analisar os problemas desses mercados e auxiliar o Parlamento na elaboração de soluções.

De acordo com o protocolo a ser firmado nesta quarta-feira, o IBI dará apoio institucional aos fóruns Brasil Export, participará de seus eventos e auxiliará as iniciativas do Grupo Brasil Export. Já o Brasil Export realizará eventos técnicos para propagar informações e iniciativas do IBI, promoverá estudos relacionados à atuação do instituto e disseminará, a partir do Portal BE News, projetos do órgão de apoio parlamentar.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/02/2024**

## NACIONAL - PORTO DE SANTOS SUPERA ARCO NORTE EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES DE GRÃOS

Terminal paulista ficou à frente dos complexos do corredor logístico pela primeira vez nos últimos quatro anos

Por **JÚNIOR BATISTA** [junior.basta@redenenews.com.br](mailto:junior.basta@redenenews.com.br)



**O Porto de Santos exportou 61,8 milhões de toneladas de grãos no ano passado. Já os terminais do Arco Norte enviaram para o exterior 61,7 milhões, 100 mil toneladas a menos (Foto: Divulgação/APS)**

Pela primeira vez em quatro anos, o Porto de Santos (SP) superou os portos do Arco Norte em volume de exportações de grãos no fechamento de 2023 em relação a 2022. Os dados são da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura (CNA).

Os terminais do Norte do país exportaram 61,7 milhões de toneladas de soja e milho em 2023 ante 61,8 milhões do Porto de Santos.

Segundo a assessora técnica da CNA, Ângela Pereira Lopes, a diferença entre as exportações não foi tão expressiva (100 mil toneladas) se comparados os números de 2021 e 2022, quando a diferença do Arco Norte em relação a Santos foi de 5,5 milhões de toneladas. Para ela, a seca nos rios Madeira, Tapajós e Amazonas teve papel decisivo no resultado.

“Desde 2020, ele (o Arco Norte) já vinha ultrapassando o Porto de Santos. Mas em razão da seca que aconteceu nos rios e eventos naturais como o El Niño, uma parte da sua produção que seria escoada ali, principalmente pelo corredor do (Rio) Madeira, acabou sendo desviada para o Porto de Santos e também um respingo para o Porto de Paranaguá (PR)”, afirma.

Em 2023, a produção brasileira de grãos foi de 286,5 milhões de toneladas. O Arco Norte foi responsável por 197,5 milhões de toneladas (68,9%) da produção nacional, enquanto que o Sul ficou com 89 milhões de toneladas.

“Felizmente o Porto de Santos estava preparado para receber esses grãos. Se a gente analisar o quanto que foi movimentado em 2023 em relação a 2022, houve um aumento expressivo ali nos terminais que compõem o Porto de Santos. Passou de 46,8 milhões de toneladas em 2022 para 61,8 milhões de toneladas”, afirma.

### Investimentos

O escoamento da produção é uma preocupação, já que esta cresce em torno de 7% ao ano. De acordo com Elisângela, investimentos em modais para escoamento são fundamentais para dar conta desse aumento. “A gente faz uma conta simples. A produção lá no Norte foi de mais de 10 milhões de toneladas e a exportação cresceu 3,9 milhões de toneladas, atingindo um déficit aí na casa dos 6 milhões de toneladas, que é mais ou menos a capacidade de um terminal portuário”, explica.

As concessões de hidrovias são um passo para profissionalizar as rotas dos navios, segundo ela.

“A gente costuma dizer que no Brasil não existe hidrovia. Existem rios em que a gente navega porque a gente não consegue ter essa movimentação de carga durante o ano todo. A hidrovia vai permitir você escolher o produto a qualquer momento, porque ela está pronta para isso. Ela tem toda uma infraestrutura de terminais de dragagem, tudo aquilo que proporciona a movimentação”, conclui.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/02/2024**

## NORTE-NORDESTE - TRANSGLOBAL ALMEJA CRESCIMENTO ANUAL DE 10% NO FATURAMENTO NOS PRÓXIMOS ANOS

Empresa de soluções em operações portuárias completa 16 anos com forte atuação no Norte-Nordeste

Por **BRUNO MERLIN - DA REDAÇÃO** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**A Transglobal consolidou sua posição de referência no mercado, priorizando eficiência em cada etapa das operações de carga e descarga de grânéis sólidos e de carga geral (Foto: Divulgação/Transglobal)**

A Transglobal celebra nesta quarta-feira, 28 de fevereiro, 16 anos de história na prestação de serviços para os setores de operações portuárias, agenciamento marítimo e locação de equipamentos nas regiões Norte e Nordeste. As primeiras operações foram executadas no complexo de Suape, no litoral pernambucano, e logo se expandiram para Itaqui (MA) e Vila do Conde (PA). Posteriormente, em especial com as atividades de agência marítima, passou a marcar presença em outros portos como Natal (RN), Cabedelo (PB), Recife (PE), Belém e Santarém (PA).

Ao longo de pouco mais de uma década e meia, a empresa consolidou sua posição de referência no mercado, priorizando eficiência em cada etapa das operações de carga e descarga de grânéis sólidos e de carga geral. “A visão da Transglobal é ambiciosa: almeja um crescimento anual de 10% no faturamento nos próximos três anos, consolidando ainda mais sua posição no mercado e fortalecendo sua capacidade de atender às demandas dos clientes”, explicou o superintendente da companhia, Renato Freitas.

Recapitulando as principais iniciativas adotadas nos últimos 12 meses, Freitas ressalta que a diretoria da Transglobal deu início a uma nova frente de atuação no setor do agronegócio a partir da expansão das operações para o mercado de grãos em Santarém. “A empresa acredita em valores sólidos que norteiam sua atuação diária, incluindo o compromisso com a qualidade de seus serviços, a priorização da segurança e saúde ocupacional de seus colaboradores e a adoção de medidas de responsabilidade ambiental”. Nesse sentido, em 2023 conquistou a certificação ISO 9001, um marco que reforça seu compromisso com a excelência e a satisfação de seus clientes.

“Parabéns a todos os colaboradores, clientes e parceiros que fazem parte dessa jornada de sucesso da Transglobal. Juntos continuaremos alcançando novos horizontes e superando desafios”, resumiu Freitas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/02/2024**

### REGIÃO SUL - TECON IMBITUBA INAUGURA NOVA LINHA MARÍTIMA QUE IRÁ OPERAR SEMANALMENTE

Porto passa a recepcionar a partir desta semana a linha de longo curso da Brazil Express  
Por Cássio Lyra [cassio.lyra@redebeneews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebeneews.com.br)



***O terminal de contêineres já atendia um serviço de cabotagem com escala semanal e agora passa a atuar regularmente também com cargas de importação e exportação (Foto: SCPAR Porto de Imbituba)***

O Complexo Portuário de Imbituba anunciou uma nova parceria com a operadora logística Santos Brasil e o armador francês CMA CGM, para receber uma nova linha no Terminal de Contêineres (Tecon) de Imbituba. A partir desta semana, a Autoridade Portuária passará a recepcionar semanalmente a linha de longo curso da Brazil Express (Brazex). O navio que inaugurou a nova linha foi o Hans Schulte na última segunda-feira (26).

A rota original liga EUA, Caribe e América Latina e com a alteração passará pelos portos de Veracruz (México), Houston e Nova Orleans (Estados Unidos), Kingston (Jamaica), Cartagena (Colômbia), Santos, Paranaguá e Imbituba no Brasil.

Segundo a Autoridade Portuária, a periodicidade será semanal, totalizando 52 escalas por ano no Porto de Imbituba.

“Além dos resultados operacionais positivos que o Porto vem desempenhando ao longo dos anos, esta conquista visa a ampliação da capacidade de atendimento à demanda do mercado e um registro importante na história do Porto de Imbituba”, comentou o diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Urbano Lopes de Sousa Netto.

#### **Tecon**

O terminal de contêineres da Santos Brasil já atendia um serviço de cabotagem com escala semanal e agora passa a atuar regularmente também com cargas de importação e exportação.

A previsão é de que o novo serviço movimentará cerca de 80 mil TEU por ano (medida equivalente a um contêiner de 20 pés).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/02/2024

### REGIÃO SUDESTE - SANTOS BRASIL FARÁ PLANTÃO NO OGMO-SANTOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

A Santos Brasil fará plantão na sede do Ogmo-Santos (Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos) nestas quarta-feira e quinta-feira (dias 28 e 29) para o processo seletivo que visa o preenchimento de cerca de 200 vagas – 20 delas afirmavas para mulheres, para a função de OCT (motorista de carreta).

As oportunidades são para trabalhadores com registro ou cadastro no Ogmo-Santos. Os inscritos passarão por processo seletivo, que avaliará competências técnicas e comportamentais.

Além de salário compatível com a função, quem for contratado receberá benefícios como assistência médica modelo de coparticipação, assistência odontológica, Gympass, seguro de vida em grupo, vale-transporte, refeitório no local, vale-alimentação, cartão Cesta Alimentação, além de descontos em universidades e escolas de idiomas. Caso seja aprovado, o candidato será contratado imediatamente.

Os interessados devem comparecer na sede do Ogmo, em um dos dois dias do plantão, das 7h às 12h e das 14h às 17h. O endereço é Av.Cons.Nébias, 255, Vila Mathias, Santos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/02/2024

## REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE GUARUJÁ ESPERA RECEBER PRIMEIROS VOOS AINDA ESTE ANO

Prefeitura assinou ordem de serviço que permitirá início das obras da primeira fase do terminal

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio.lyra@redebenews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebenews.com.br)



**Com a autorização assinada, as obras da primeira fase do Aeroporto de Guarujá podem ser iniciadas. A expectativa é que os serviços comecem na primeira quinzena de março (Foto: Prefeitura de Guarujá)**

A Prefeitura de Guarujá assinou na terça-feira (27) a ordem de serviço para o início das obras da primeira fase do Aeroporto Civil Metropolitano, localizado na Base Aérea de Santos, no litoral paulista. Com a autorização para começo das intervenções na base militar, a expectativa é que pousos e decolagens comecem no final deste ano.

Na última semana, o prefeito Válter Suman (PSDB) cumpriu agenda em Brasília para debater o tema e agilizar o processo para formalizar a ordem de serviço.

Na ocasião, o município obteve a assinatura de portaria conjunta do Comando da Aeronáutica (Comaer) e Secretaria Nacional de Aviação Civil. De acordo com a Prefeitura, o documento determina as diretrizes do zoneamento, segregando as atividades civis e militares.

Com a autorização assinada, as obras da primeira fase já podem ser iniciadas. A expectativa é que os serviços comecem ainda na primeira quinzena de março.

As obras contemplam a reforma e adequação da pista de pouso e decolagem. Estão incluídas, também, intervenções nas pistas de táxi A, B e C; faixa de pista e sistema de drenagem e, ainda, implantação de cerca operacional; barreiras de proteção de fauna.

A empresa Terracom Construções LTDA foi a vencedora do processo licitatório promovido pela Prefeitura no ano passado, sendo homologada em dezembro. A empresa realizará as intervenções necessárias, orçadas em R\$ 19 milhões, investimento do Governo Federal. No local das obras, serão iniciados serviços preliminares, projetos executivos e o canteiro de obras.

Após a conclusão dos trabalhos, encerra-se a primeira fase. Na sequência, começará a implantação do terminal de passageiros, o que permitirá pousos e decolagens de aeronaves para até 72 passageiros (jatinhos turboélices).

A Prefeitura de Guarujá e a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear) projetam voos diários para diversas localidades que serão definidas na oportunidade dos estudos.

Entre alguns destinos previstos estão Curitiba, Rio de Janeiro e Campinas. Companhias aéreas como a GOL e a Azul já demonstraram interesse em operar voos no futuro terminal.

### Visita às obras

Conforme revelado pela Prefeitura, com a formalização da ordem de serviço, está previsto uma visita do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no local onde haverá as futuras instalações do aeroporto. A data ainda será definida entre Ministério e Prefeitura.

Em publicação nas redes sociais, ao lado do deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), Costa Filho celebrou o contrato para a ordem de serviço.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 28/02/2024*



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### PROCESSOS DE ANÁLISE DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS GANHAM MANUAL INTERNO NO TCU

*Informações: TCU (28 de fevereiro de 2024)*

Portaria foi publicada no dia 9 de fevereiro e vai padronizar internamente as análises de propostas de desestatização e concessão no setor portuário

O Tribunal de Contas da União (TCU) publicou, no dia 9 de fevereiro, portaria (Portaria AudPortoFerrovia 1/2024) que vai padronizar internamente as análises de propostas de desestatização e concessão no setor portuário. A portaria servirá como manual próprio para esses processos e a tendência é que os trabalhos sobre o tema sejam concluídos mais rapidamente e com maior segurança.

A portaria lista uma série de pontos que devem ser respondidos durante a análise do processo – como um checklist – baseados em instruções internas do Tribunal, acórdãos e leis que tratam sobre temas relacionados ao setor portuário.

O auditor chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia), Bruno Martinello, explica que o checklist é um roteiro para o auditor seguir na análise do processo, e que auxilia no direcionamento de possíveis decisões.

“Se ele (o auditor) se deparar com algum problema, não inviabiliza necessariamente o arrendamento ou prorrogação de contrato, mas o problema pode ser alvo de maiores questionamentos, recomendações ou até mesmo determinações”, disse Martinello.

O roteiro, ou checklist, é formado por dezenas de perguntas que estão agrupadas nas cinco regras em que se baseiam as análises dos processos: análises preliminares e completas de documentação; avaliação de atos de audiência pública, em caso de licitações; adequação de minutas jurídicas, como de edital e contrato ou de termo aditivo; viabilidade técnica do contrato; e viabilidade econômico-financeira do projeto. O normativo terá o objetivo de padronizar não apenas os processos que estão em fase de licitação, mas também aqueles que tratam sobre prorrogação de contrato de concessão.

Martinello ressalta, ainda, que o manual interno será de grande utilidade para além do uso de auditores do Tribunal, beneficiando grupos ou empresas que têm interesse em arrendar alguma área portuária. “Será bom para eles na medida que podem conferir os principais pontos da análise feita e ter uma real expectativa do escopo de análise da unidade técnica, bem como se preparar melhor de acordo com a referida expectativa”, completou.





### [CLIQUE AQUI E ACESSE A PORTARIA](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/*/KEY%253ANORMA-25902/DATANORMAORDENACAO%2520desc/0)

[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/\\*/KEY%253ANORMA-25902/DATANORMAORDENACAO%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/*/KEY%253ANORMA-25902/DATANORMAORDENACAO%2520desc/0)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/02/2024

## **BALSAS: SP INAUGURA ESTAÇÃO FLUTUANTE EM VICENTE DE CARVALHO**

*Informações: Governo do Estado de São Paulo (28 de fevereiro de 2024)*

Flutuante e passarelas fazem parte do megapacote de requalificação das travessias em embarcações; reformas integram pacote de R\$ 243 milhões

As operações de embarque e desembarque de passageiros realizadas no Terminal Marítimo do Guarujá – Vicente de Carvalho, que integra a travessia litorânea para Santos, estão muito mais seguras e ágeis com a entrada do novo flutuante e das plataformas acopladas.

Os equipamentos foram inaugurados pela titular do Departamento Hidroviário (DH), órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Jamille Consulin, nesta segunda-feira (26). O conjunto já estava em operação desde o começo de fevereiro, quando foi instalado, cerca de quatro meses antes do prazo estimado.

O flutuante é uma estrutura em metal e madeira, que faz a ligação entre as embarcações atracadas e o píer. São 250 m<sup>2</sup> de superfície, fora as novas passarelas que possibilitam duas operações simultâneas (embarque, desembarque ou ambas). Ao todo, foram investidos R\$ 8 milhões.

“Essa travessia é a que possui o maior número de passageiros embarcados, em torno de 10 mil por dia, e o novo flutuante ajuda muito na compensação das marés, tornando a operação de embarque e desembarque ainda mais segura. Temos uma estrutura com mais qualidade e podemos com isso prestar um serviço melhor para a comunidade”, afirma a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. A reforma do terminal propriamente dito já tinha sido entregue em dezembro.

### **Intervenções em Santos**

O flutuante e as passarelas fazem parte do megapacote de requalificação das travessias em embarcações. Com a entrega do conjunto, o Governo de São Paulo concluiu as melhorias programadas para Guarujá. A próxima etapa será a conclusão da reforma da estação Praça da República, do outro lado da travessia.

A estação em Santos está recebendo investimento de R\$ 5,5 milhões para impermeabilização de paredes, piso, vigas e calhas da cobertura; substituição de esquadrias de madeira e metálicas; reforma e recuperação geral das coberturas e telhados; reforma das instalações elétricas, hidráulicas e hidrossanitárias; instalação de forro; substituição de vidros e pisos internos e externos; recuperação dos revestimentos de paredes, e pintura. “É uma reforma total, prevista para ser concluída no segundo semestre de 2024”, acrescenta a diretora do DH, Jamille Consulin.

As melhorias – novo flutuante e reformas das duas estações – demandaram investimentos superiores a R\$ 20 milhões.

Em dezembro de 2023, a Semil entregou a reforma do terminal, que recebeu investimentos de R\$ 6,8 milhões em novos pisos, cobertura, acessibilidade e muro de contenção do estaleiro. A reforma da estação, construída nos anos 1950, incluiu também novas instalações elétricas e hidráulicas, além sistema de combate a incêndio.

A travessia Santos/Vicente de Carvalho é uma das mais movimentadas do estado de São Paulo, com uma média diária de 9,9 mil passageiros, sendo 7,9 mil pedestres e mais de 2 mil ciclistas. Ao longo de 2023, foram transportados 3,6 milhões de passageiros, entre pedestres e ciclistas.



### Investimentos de R\$ 243 milhões

Além das reformas das estações em Santos e no Guarujá e do novo flutuante, a Semil também tem investido em melhorias das embarcações e em um novo flutuante para a travessia Cananéia/Ariri.

No ano passado, R\$ 34,6 milhões foram aplicados em reformas de cinco ferry boats, sendo dois para Santos/Guarujá (FB-26 e FB-14) e mais três para São Sebastião/Ilhabela (FB-29, FB-25 e FB-19).

As reformas integram um pacote de R\$ 243 milhões que serão aplicados, até o final de 2024, pelo Governo de São Paulo, na melhoria do sistema de balsas do estado.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 28/02/2024*

### CARGILL AMPLIA SUA OPERAÇÃO DE NUTRIÇÃO ANIMAL NO BRASIL

*Informações: Globo Rural (28 de fevereiro de 2024)*

Múlti faz parceria para produção de suplemento para bovinos e assume Anhambi

A multinacional americana Cargill está expandindo sua operação de nutrição animal no Brasil, terceiro maior mercado para a divisão, atrás apenas de Estados Unidos e China. A companhia fez uma parceria com a Bom Negócio, de Patrocínio (MG), para ampliar a produção da sua linha de suplementos minerais (a Probeef) para bovinos de corte terminados a pasto.

Em outra frente, a Cargill obteve a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aquisição da fábrica da Anhambi Produção Animal, em Pato Branco (PR), anunciada em meados de 2023. Com o sinal verde, irá assumir a unidade a partir de 2 de abril e já planeja investimentos de R\$ 15 milhões no local.

Em entrevista à reportagem, Celso Mello, diretor geral da Cargill Nutrição Animal na América do Sul, afirmou que a empresa optou pela parceria com a Bom Negócio, em vez de construir uma fábrica, porque encontrou na empresa mineira “a mesma qualidade e comprometimento”. A estratégia também permitirá que a Cargill avance mais rapidamente nesse mercado.

“A gente coloca o pé em Minas Gerais, que, em bovinos de corte, é um Estado bastante importante, com 20 milhões de cabeças. E não havia nenhuma concorrência. A fábrica deles era focada em ração para bovinos leiteiros”, disse.

Hoje, a produção da linha Probeef está concentrada em seis unidades da Cargill, espalhadas por Goiás, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, e gira em torno de 100 mil toneladas ao ano. A parceria pode ampliar esse volume em pelo menos 10%, estimou Mello.

A divisão de nutrição animal é o segundo maior negócio global da Cargill, que tem como carro-chefe a operação de grãos e processamento. A receita global da multinacional chegou a US\$ 177 bilhões no ano fiscal encerrado em maio do ano passado — último resultado divulgado.

Dentro do segmento de nutrição animal, o Brasil é o terceiro maior mercado e é o que mais cresce ano a ano. “Estamos em uma posição importante globalmente para a companhia”, afirmou o executivo.

Segundo Mello, há um grande potencial para produtos de suplementação de bovinos criados a pasto no país porque 85% do rebanho é terminado no campo, e não em confinamentos. Os animais requererem esse reforço porque a pastagem tropical tende a ser mais pobre, apesar de mais abundante, do que a de clima temperado.

No Brasil, os produtos para bovinos de corte representam 35% da receita da divisão de nutrição animal da Cargill, seguidos pelos portfólios para suínos (30%), leite (20%) e aves (15%). O

faturamento do negócio não é divulgado. Diferentemente de outras gigantes, a Cargill não tem negócios em aquicultura e animais de estimação.

Na unidade de Anhambi, a Cargill vai produzir rações de leitões e vai investir para ampliar a capacidade de produção.

Questionado sobre eventuais novas aquisições no Brasil, Celso Mello disse que a empresa está sempre atenta a oportunidades, mas que não há nada no radar no momento. “São sondagens apenas superficiais”, afirmou.

Mas há previsão de uma nova parceria até o fim do ano. Segundo Mello, esse outro acordo será destinado à fabricação de produtos de várias linhas.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 28/02/2024*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

## DEMANDA POR PETRÓLEO JÁ SENTE EFEITOS ESTRUTURAIS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, DIZEM ANALISTAS

Preço, no entanto, deve continuar alto no curto prazo com cortes da Opep+ e incertezas geopolíticas, segundo Citi e hEDGEpoint Global Markets

*Por Gabriela Ruddy 28 de fevereiro de 2024 Em Biocombustíveis, Internacional, Petróleo e gás, Transição energética*

Demanda por petróleo já pode sentir os efeitos estruturais da transição energética, dizem analistas do Citi e da hEDGEpoint. Na imagem: Carros elétricos brancos estacionados lado a lado e conectados a eletropontos de recarga da bateria, com luz azul acesa ao redor do plug (Foto: Pixabay)

Modelos elétricos conectados a eletropontos de carregamento (Foto: Pixabay)

RIO – A demanda por petróleo já começou a sentir efeitos estruturais da transição para energias de baixo carbono, com impactos sobretudo no consumo global de combustíveis para transporte, apontam analistas ouvidos pela agência epbr.

Entretanto, os preços ainda demoram para refletir esse cenário, por causa dos esforços da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) para restringir a oferta e das incertezas geopolíticas causadas pelos conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio. A partir do fim deste ano, há expectativa de queda nas cotações.

O Citi estima que a demanda global este ano deve começar a desacelerar. A projeção é um aumento de 1,3 milhão de barris por dia (bpd), abaixo do crescimento de 1,9 milhão de bpd em 2023. Para 2025, a previsão é ainda menor, entre 700 mil e 1 milhão de bpd.

Segundo o estrategista de commodities do banco, Eric Lee, o mercado de petróleo vai sentir impactos sobretudo do aumento do uso de veículos elétricos e híbridos, biodiesel, diesel renovável e combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, na sigla em inglês). Por isso, aponta, a tendência é que a demanda não consiga mais acompanhar o aumento no suprimento global.

“Ainda vemos muito risco geopolítico para o mercado de petróleo nesse momento. Isso pode levar a picos nos preços, mas a direção é de queda ao longo do tempo, porque o fornecimento está



crescendo mais rápido do que a demanda e a Opep+ ainda tem muita capacidade ociosa”, disse à epbr.

### **China desce, Índia sobe**

Lee ressalta que, depois da pandemia de covid-19, o aumento do consumo por derivados tem se mantido alto na comparação anual, mas que isso não significa volumes robustos.

“Em níveis absolutos, apenas agora estamos retornando aos níveis de consumo de 2019, logo antes da pandemia. Perdemos anos de crescimento na demanda”, afirmou.

Um sinal das alterações no mercado é a redução no crescimento da demanda da China, segundo país no ranking do consumo mundial de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos. A China foi um dos últimos países a liberar restrições à circulação para combater a pandemia, por isso os impactos da recuperação na demanda ainda estão em curso.

Para o analista de energia da hEDGEpoint Global Markets, Victor Arduin, o consumo chinês vai seguir alto, mas o potencial de aumento está menor.

“Acho que a China vai continuar frustrando análises que colocam muita esperança num forte aumento de consumo, porque está fazendo uma mudança na matriz energética e, conseqüentemente, a demanda por produtos refinados vai cair”, disse em apresentação sobre as perspectivas do mercado, na terça-feira (27/2).

Com isso, o principal polo de crescimento do consumo de combustíveis líquidos nos próximos anos deve passar a ser a Índia. “É interessante olhar para a Índia para observar para onde está indo o crescimento energético no mundo”, acrescentou.

### **Tendência de alta no curto prazo**

Apesar das alterações estruturais no mercado, a hEDGEpoint estima que os preços dos derivados de petróleo têm viés de alta nos próximos meses, por causa dos baixos estoques e da interrupção em refinarias nos Estados Unidos no começo deste ano.

Quedas na atividade de refino nos Estados Unidos por causa das baixas temperaturas registradas em janeiro levaram a uma menor produção de gasolina.

“Há menos formação de estoque do que seria esperado para essa época do ano”, disse Arduin.

A combinação de baixos estoques com um possível aumento na demanda tende a levar a um aumento nos preços. Para o analista, os bons indicadores econômicos nos EUA, como o baixo desemprego, podem levar a um consumo de gasolina maior do que o esperado durante a driving season, no verão, quando há um aumento das viagens. Uma possível queda nos juros no país no segundo semestre também tende a estimular a demanda, aponta.

O cenário é similar para o diesel, que tem estoques baixos não apenas nos Estados Unidos, como também na Europa. Com a invasão à Ucrânia e as sanções à Rússia, os europeus ampliaram o uso de derivados de diesel em substituição ao gás natural.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 28/02/2024*

## **GOVERNO E BNDDES LANÇAM FUNDO DE R\$ 1 BI PARA MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

Iniciativa vem na esteira de medidas do governo para aumentar produção de conteúdo local relacionado à transição, em especial baterias para veículos elétricos

*Por Gabriel Chiappini 27 de fevereiro de 2024 Em Política energética, Transição energética*



RIO – O Ministério de Minas e Energia (MME) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram, nesta terça (27/2), a criação do Fundo de Investimento em participações (FIP) Minerais Estratégicos no Brasil, que disponibiliza R\$ 1 bilhão para projetos de exploração mineral que atendam a cadeia produtiva da transição energética e de fertilizantes.

O lançamento oficial do fundo está marcado para a próxima semana, durante o Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) – principal convenção de mineração e exploração mineral do mundo, em Toronto.

“Ao criar esse fundo, estamos viabilizando que empresas menores consigam acessar o mercado ao mesmo tempo que garantimos uma atividade mais sustentável”, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD).

### Conteúdo local

O anúncio vem na esteira de iniciativas do governo para aumentar a produção de conteúdo local relacionado à transição, em especial baterias para veículos elétricos.

A eletrificação dos transportes, por exemplo, é uma das prioridades da nova política industrial, para estimular a cadeia produtiva de motores elétricos, baterias e minerais estratégicos.

Na semana passada, Silveira afirmou que projetos relacionados à produção de minerais críticos para a transição energética poderão emitir debêntures incentivadas. E que ainda este ano seria lançado o programa Mineração para a Energia Limpa.

O ministro lembra que o Brasil já é o maior produtor mundial de nióbio, o segundo maior de ferro, magnesita e tântalo, o terceiro de bauxita e o quarto maior em vanádio, além de ter a quinta maior reserva de lítio, com 1,2 milhão de toneladas.

“Com esse incentivo [do Fundo], iremos crescer ainda mais e nos tornar o maior fornecedor de minerais estratégicos do mundo”, destaca Silveira.

Para transição energética, o fundo irá considerar os seguintes minerais: cobalto, cobre, estanho, grafita, lítio, manganês, minério de terras raras, minérios do grupo da platina, molibdênio, nióbio, níquel, silício, tântalo, titânio, tungstênio, urânio, vanádio e zinco.

Já para a produção de fertilizantes, fosfato, potássio e remineralizadores, estão entre os minerais considerados estratégicos pelo fundo.

A expectativa é investir em 15 a 20 empresas júnior e de médio porte com projetos de pesquisa mineral, desenvolvimento e implantação de novas minas de minerais estratégicos no Brasil.

O BNDES irá aportar até R\$ 250 milhões no FIP, com participação limitada a 25% do total, sendo esperados outros investidores nacionais e internacionais.

“A transição energética é uma prioridade do governo do presidente Lula. A iniciativa contribui para o aproveitamento do vasto potencial geológico brasileiro, permitindo que o país se posicione como fornecedor de minerais estratégicos para atender à demanda mundial por tecnologias de energia limpa”, destaca o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

### BNDES na rota dos ônibus elétricos

Recentemente, o BNDES enviou uma carta de intenções para financiar a construção da segunda unidade do projeto de produção de concentrado lítio da Sigma Lithium, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, orçada em US\$ 100 milhões.

Segundo comunicado da companhia de lítio, o BNDES afirmou na carta que o financiamento de projetos para aumentar a capacidade de produção industrial de minerais críticos é uma das prioridades da estratégia de longo prazo do banco.

“A dívida do Banco de Desenvolvimento concedida pelo Brasil tem o potencial de melhorar significativamente nossa estrutura de capital devido à duração típica mais longa, taxas de juros significativamente mais baixas e períodos de carência”, disse Ana Cabral-Gardner, CEO da Sigma.

“Ter o BNDES como credor representa o apoio do governo do Brasil aos planos de expansão industrial da Sigma Lithium no Vale do Jequitinhonha”, completou a executiva.

Em entrevista ao Canal Livre, no início do mês, o presidente do BNDES citou a importância da Sigma no fornecimento futuro de lítio para o mercado doméstico de veículos elétricos, em especial os ônibus.

“Temos uma demanda muito forte de ônibus elétrico agora e nós estamos estimulando isso. Crescentemente gerar conteúdo nacional, e na retaguarda disso está o lítio. Como nós temos lítio, temos uma vantagem comparativa. Temos muita expertise em mineração. E temos a empresa Sigma e outras, empresas já listadas na Bolsa e de grande valor”, disse Mercadante.

Durante o lançamento do programa Nova Indústria Brasil, em janeiro, o presidente do BNDES também revelou que havia a possibilidade do banco ter participação acionária em empresas de minerais críticos, baterias e veículos elétricos.

“Temos R\$ 8 bilhões de equity, que nós queremos investir em empresas. Crédito é namoro, equity é casamento. São setores muito importantes, por exemplo, esse segmento de minerais críticos fundamentais para o futuro de baterias e toda mobilidade elétrica”, disse Mercadante na ocasião.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 28/02/2024*



## JORNAL O GLOBO – RJ

### GOVERNO REGISTRA SUPERÁVIT DE R\$ 79,3 BILHÕES EM JANEIRO, TERCEIRO MELHOR DA HISTÓRIA

Em 2023, primeiro ano de mandato do presidente Lula, governo contabilizou um déficit de R\$ 230,5 bilhões

*Por Eliane Oliveira — Brasília*

As contas do governo federal ficaram no azul no mês passado. Dados do Ministério da Fazenda divulgados nesta quinta-feira mostram que houve um superávit (receitas maiores que despesas) de R\$ 79,3 bilhões em janeiro. O dado é o terceiro melhor da série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997, já descontada a inflação. Só perde para os dados de 2022 e 2023. No ano passado, foi um superávit de R\$ 84,9 bilhões.

O superávit só foi possível graças ao Tesouro, que contribuiu para o resultado com R\$ 96,1 bilhões. O Banco Central e a Previdência tiveram, respectivamente, déficits de R\$ 145 milhões e R\$ 16,7 bilhões.

A principal razão desse desempenho foi o aumento da arrecadação de impostos e contribuições federais, que bateu recorde, em uma combinação de receitas atípicas, medidas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda e um mercado de trabalho e uma economia aquecidos.

O crescimento real, já descontada a inflação, foi de 6,6% sobre o mesmo mês de 2023, totalizando R\$ 280 bilhões, o maior resultado para janeiro desde 1995, quando teve início a série histórica.

No mesmo mês de 2023, o saldo foi positivo em R\$ 78,9 bilhões. De acordo com o Ministério da Fazenda, descontada a inflação do período, houve um crescimento de 3,7% da receita total em janeiro. Já as despesas aumentaram 6,8%.

Por outro lado, o resultado primário do governo acumulado em 12 meses foi deficitário em R\$ 235 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB.

### Receita cresce

De acordo com a Fazenda, a receita total teve um acréscimo de R\$ 10 bilhões. As maiores contribuições para a expansão foram o Imposto de Renda, a Cofins, a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL).

De acordo com a Fazenda, em relação a janeiro de 2023, a despesa total apresentou aumento de R\$ 10,1 bilhões, em termos reais. Entre os principais destaques, um deles foi o pagamento de benefícios previdenciários.

Em 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou o primeiro ano do seu terceiro mandato com um rombo de R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas, o equivalente a 2,12% do PIB. Foi o pior resultado desde 2020, auge da pandemia de Covid-19, e o segundo pior da série história do Tesouro Nacional, iniciada em 1997.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 28/02/2024*

## PRATES DEFENDE 'CAUTELA' NO PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E INVESTIMENTOS EM RENOVÁVEIS, E AÇÕES DA PETROBRAS CAEM

Presidente da estatal afirmou em entrevista à Bloomberg que 'acionistas vão entender' necessidade da empresa de reforçar investimentos em transição energética e novas fronteiras de exploração de petróleo

*Por Bloomberg — São Paulo*



Jean Paul Prates, presidente da Petrobras — Foto: Reprodução

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, defendeu, em entrevista à agência Bloomberg, que a petroleira deve ser mais cautelosa em relação à distribuição de dividendos bilionários à medida em que busca se tornar uma potência em energia renovável, mobilizando mais recursos para investimentos.

— Precisamos ser cautelosos. Os acionistas vão entender — disse Prates no escritório da Bloomberg, em São Paulo, quando perguntado sobre um eventual pagamento extraordinário de dividendos. — Eu seria mais conservador do que agressivo. Estamos no meio dessa grande decisão de nos tornarmos uma empresa de petróleo em transição.

A declaração desagradou o mercado e as ações da Petrobras sofrem forte queda na Bolsa. Os papéis chegaram a cair 3,8% na mínima durante a tarde, segundo a Bloomberg.

A Petrobras foi a segunda maior pagadora de dividendos no setor de petróleo em 2022, atrás apenas da Saudi Aramco, mas tem reduzido essa política desde que teve sua gestão trocada com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, no início de 2023.



Analistas de mercado veem espaço para que a Petrobras recompense os investidores com bilhões de dólares em dividendos extraordinários, a serem anunciados quando a empresa divulgar seus lucros em 7 de março.

Os analistas do Citi, por exemplo, vêem espaço para até US\$ 7 bilhões, enquanto o Goldman Sachs Group prevê até US\$ 8 bilhões. Mas Prates deu um sinal no sentido contrário com sua defesa de mais investimentos na transição energética.

Em dez anos cerca de metade da receita da Petrobras virá de fontes eólicas, solares e de combustíveis renováveis, previu Prates, que afirmou que a estatal está se preparando para fazer aquisições já neste ano para impulsionar essa mudança.

A petroleira brasileira também precisa gastar muito em investimentos na exploração no país e no exterior para garantir que mantenha o nível de produção de petróleo bruto por décadas, afirmou Prates, indicando que prefere reduzir o pagamento de dividendos para ampliar investimentos.

A determinação da Petrobras em avançar para a energia limpa contrasta com a de alguns de seus pares internacionais. Os pesos pesados europeus Shell Plc e BP Plc se afastaram das energias renováveis para se concentrarem mais nos combustíveis fósseis. As grandes petrolíferas norte-americanas Chevron Corp. e Exxon Mobil Corp. nunca fizeram da energia eólica e solar uma prioridade e concentraram seus planos de negócios em petróleo e gás.

Prates, de 55 anos, que assumiu o comando da Petrobras em janeiro de 2023, descartou a possibilidade de fazer “mudanças drásticas” na estratégia. No entanto, disse, a empresa precisa estar preparada para oportunidades de aquisição em energias renováveis e petróleo, bem como investimentos em petroquímica e produção de fertilizantes.

A Petrobras está pensando em investir em projetos eólicos e solares em terra firme no Brasil antes de passar para a energia eólica offshore, e está ampliando o combustível à base vegetal para a aviação e o transporte marítimo, dois dos setores mais difíceis de descarbonizar.

Prates disse que o Brasil tem melhores condições para projetos eólicos offshore do que os EUA ou os países do Mar do Norte, e que o desenvolvimento do setor no Brasil proporcionará uma nova linha de negócios para os mesmos tipos de prestadores de serviços que o país utiliza para projetos de petróleo. Uma de suas principais preocupações é que o Brasil não terá fornecedores suficientes para seus projetos de petróleo à medida que o mundo começa a se afastar dos hidrocarbonetos.

— A coisa mais assustadora que vejo em 10 anos é uma crise com fornecedores — disse Prates.

Como resultado, a Petrobras está conversando com o governo sobre uma política industrial para apoiar fornecedores de equipamentos e estaleiros no Brasil. Ela também está identificando maneiras de obter bens e serviços importantes de países vizinhos e aliados geopolíticos.

Um dos principais pilares da política econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um amplo plano de reindustrialização que fornecerá crédito e financiamento a setores como saúde, defesa e agronegócio, além de iniciativas para promover uma transição verde no Brasil.

Prates disse que a Petrobras, como uma empresa de controle estatal, precisa participar das decisões de política energética com o governo. Mas essa coordenação não significa que o governo esteja interferindo na estratégia de negócios da empresa, disse ele.

— Considero isso mais como um prêmio do que como um fardo — disse Prates. — Quem é o outro CEO no Brasil que pode estar com o presidente da República a cada 15 dias? Isso resolve uma série de problemas.



A Petrobras também está em negociações com a Mubadala Capital, o braço de investimentos do fundo soberano de Abu Dhabi, para se tornar sócia de uma refinaria que a estatal vendeu na gestão anterior.

Os dois lados podem chegar a um acordo até o final do ano, disse Prates. Ele acrescentou que as refinarias da Petrobras não foram projetadas para competir umas com as outras e que a unidade vem enfrentando dificuldades desde que foi vendida.

A Mubadala Capital está expandindo a refinaria de Mataripe, no estado da Bahia, no nordeste do país, para produzir combustíveis renováveis, um projeto que interessa à Petrobras. Prates disse que a empresa não necessariamente operaria a refinaria, e que ela poderia ser dividida em algumas empresas separadas.

— Gostaríamos de participar disso. Eles nos convidaram — disse Prates. — Seremos capazes de reincorporar a refinaria ao sistema.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 28/02/2024*

## **G20: ENTENDA COMO O BRASIL QUER BUSCAR CONSENSO PARA TRIBUTAÇÃO GLOBAL DE SUPER-RICOS**

Desenho do modelo ainda será debatido. Ideia é avançar em acordo da OCDE que mira imposto mínimo global para empresas

*Por Juliana Causin — São Paulo*



*Reunião de ministros de Finanças e chefes de bancos centrais começou hoje — Foto: Maria Isabel/O Globo*

Na presidência do G20, o Brasil quer que a discussão sobre uma tributação global para empresas, já em curso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), avance também para pessoas físicas. O tema será foco de uma das reuniões do G20 de quinta-feira, em São Paulo, onde

estão reunidos ministros de Finanças e chefes de bancos centrais do grupo.

O primeiro passo do Brasil é buscar consenso no G20 para a criação de um tributo que mira os super-ricos de maneira transnacional. Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, a proposta da Fazenda é avançar no projeto de tributação internacional que já existe na OCDE, voltado para a implementação de um imposto global mínimo para empresas multinacionais:

— O que o Brasil está trazendo para o debate é a ideia de construção da espécie de um terceiro pilar. Além da tributação mínima em cima da lucratividade das grandes empresas, (o objetivo é termos também) uma tributação mínima sobre a riqueza.

Na abertura do encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que os bilionários precisam pagar "justas contribuições em impostos" e que a pobreza e a desigualdade precisam ser enfrentadas globalmente.

### **Pilar 3 de acordo da OCDE**

O acordo da OCDE, chamado Imposto Mínimo Global (GMT), prevê dois pilares: o primeiro visa distribuir os direitos de tributação sobre os lucros das multinacionais entre os países e o segundo estabelece uma tributação mínima global para essas empresas globais.



**Secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, Guilherme Melo, afirmou que Brasil — Foto: Maria Isabel/O Globo**

— Nós observamos, nas últimas décadas, a concentração crescente de renda nas mãos de poucas pessoas. A ideia de um pilar 3 seria justamente a construção de uma proposta para tributação mínima para riqueza. Uma sessão específica sobre esse tema vai acontecer amanhã - acrescentou Mello.

Um acordo sobre o tema foi celebrado em 2021, dentro do pilar 2, envolvendo 136 países e a aprovação da proposta que prevê um imposto mínimo global de 15% sobre a lucratividade das multinacionais. Desde então, o tema prosperou na jurisdição de 55 países, segundo a OCDE. As discussões sobre um pilar 1, no entanto, seguem travadas - algo que também poderia acontecer com a proposta brasileira.

### **Desenho de tributação ainda será feito**

Para tratar do tema com as autoridades, o Brasil convidou para a sessão o economista francês Gabriel Zucman, autor do livro "The Triumph of Injustice" ("O triunfo da Injustiça", em português).

— Nós vamos abrir a discussão entre os ministros das finanças para não só aprofundar a implementação dos pilares 1 e 2 como também iniciar que nós desejamos fazer a construção de um terceiro pilar que diz respeito a tributação mínima dos super-ricos. O Brasil está levantando a necessidade do G20 discutir a tributação progressiva e equitativa também do ponto de vista das pessoas físicas.

Melo ressaltou que a presença de Zucman não é um endosso da visão dele pelo Brasil, mas uma forma de trazer perspectivas distintas sobre o assunto. Nesse primeiro momento o debate está voltado a levantar a conversa com especialistas e organizações internacionais. Uma das propostas possíveis da Fazenda seria que a tributação acontecesse por meio das heranças, mas a formulação da proposta ainda será feita, incluindo o percentual do imposto.

### **Confisco de ativos russos atravessa G20**

Enquanto o governo brasileiro tenta avançar com o debate, as reuniões no G20 vêm sendo atravessadas pela geopolítica, em especial a proposta do governo americano de confiscar ativos russos no exterior para financiar a resistência ucraniana. A ideia é desbloquear US\$ 300 bilhões em recursos de Moscou alocados em contas internacionais para ajudar a Ucrânia.

Atrito com Moscou: Envio de tropas à Ucrânia 'não convém' ao Ocidente, diz Rússia após fala de Macron; EUA e europeus descartam ideia

Na terça-feira, antes do encontro do G20, a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, pediu engajamento do G7 na proposta, que considerava como "urgente". No mesmo dia, o ministro das Finanças da Rússia, Anton Siluanov, prometeu uma resposta 'simétrica' caso o confisco acontecesse.

A ideia desperta divergências entre os países do G7. O ministro da Economia e Finanças da França, Bruno Le Maire, afirmou que o sistema internacional não possui nenhuma base legal para a medida. Já Christian Lindner, ministro das finanças da Alemanha, indicou que o uso de ativos russos congelados "é um passo realista e juridicamente seguro", que poderia ser implementado a curto prazo.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 28/02/2024**

## GOVERNO PUBLICA MP QUE REVOGA REONERAÇÃO DA FOLHA DE 17 SETORES DA ECONOMIA

Medida afeta segmentos que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Tema será tratado pelo Congresso Nacional em projeto de lei em regime de urgência

*Por Sérgio Roxo, Victoria Abel e Glauce Cavalcanti — Brasília e Rio*



**O presidente Lula em evento no Palácio do Planalto — Foto: Evaristo Sá/AFP**

O governo federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União nesta quarta-feira, medida assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que revoga a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia intensivos em mão de obra. Essa reoneração está hoje em vigor em medida provisória (MP) em tramitação no Congresso Nacional.

Com a revogação desse trecho, esses setores, que empregam mais de 9 milhões de pessoas, voltam a ter desoneração sobre a folha. A reversão atende a acordo político firmado pelo governo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ao mesmo tempo, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei prevendo a reoneração gradual da folha de pagamento desses setores. O texto desse projeto ainda não foi divulgado. Na prática, o governo troca a medida provisória, que tem vigência imediata, por um projeto de lei em regime de urgência, que ainda precisa ser aprovado pelos parlamentares.

A iniciativa foi anunciada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, por meio de um vídeo em que ele destacou que houve negociação com os parlamentares para chegar a esse caminho. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, também confirmou esse movimento.

— Hoje (ontem) foi assinado pelo presidente Lula o caminho para a continuidade dessa negociação — disse o ministro. — Desde o começo do ano, o governo vem discutindo, negociando, conversando sobre qual seria a melhor forma de tramitar esse tema no Congresso Nacional.

### Entenda

O Congresso aprovou em outubro do ano passado que a desoneração valerá até 2027. O projeto foi vetado pelo presidente Lula e, depois, o veto foi derrubado pelos parlamentares.

Em seguida, em dezembro, a Presidência da República enviou outra MP prevendo a reoneração gradual dos 17 setores, que foi contestada por parlamentares, pois derrubava a decisão anterior do Congresso. É esse trecho que está sendo revogado agora.

A desoneração permite que as empresas desses setores substituam a contribuição previdenciária — de 20% sobre os salários dos empregados — por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o segmento e o serviço prestado.

Foram mantidos na MP enviada em dezembro os trechos que tratam do fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação de compensações tributárias.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que também fica mantida a reoneração da folha para municípios de pequeno e médio portes. Padilha também disse que esse assunto não foi revogado.

— No projeto de lei em regime de urgência vamos tratar especificamente da reoneração da folha de pagamento desses 17 setores econômicos — afirmou Padilha.

### Setores comemoram

Os setores envolvidos na proposta celebraram a decisão do governo, mas chamaram atenção para a questão do projeto de lei.

Para Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), essa discussão levou grande insegurança aos setores que poderiam ser impactados pela medida. A mudança na desoneração, justifica o executivo, resultaria em perda de competitividade a empresas desses setores, reduzindo a arrecadação para o governo.

— Trouxe um estresse desnecessário e que atrapalha o planejamento das empresas. O que se espera é que o projeto venha com uma visão estruturante para a economia como um todo, de forma a reduzir o custo para a geração de emprego, para ampliar a formalidade — destaca Pimentel.

Renato Sousa Correia, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), avalia que voltar com o debate via projeto de lei é também um equívoco, e que isso poderia ser feito via Reforma Tributária sobre a renda:

— É uma oportunidade de o país debater sobre tributo sobre a folha, fazendo a reforma da tributação da renda e do emprego.

### 'Conserta equívoco'

Sergio Sgobbi, diretor da Brasscom, associação que reúne empresas de tecnologia da informação, comunicação e tecnologias digitais, ressalta que é preciso esperar o conteúdo do projeto:

— Se for uma cópia da medida provisória anterior, de nada serve.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, afirma que a retirada do trecho conserta um "equívoco político" da MP de dezembro, já que o projeto que renova a desoneração da folha de pagamentos até 2027 já havia sido aprovado no Congresso por duas vezes, sendo uma derrubada de veto presidencial.

— Inclusive, a proposta foi apoiada por parlamentares da base governista, que entenderam a sua relevância social. Taxar a criação de empregos, ainda mais em um momento de instabilidade econômica internacional, é uma irresponsabilidade — comentou.

### Incentivo a investimentos e empregos

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, avaliou a revogação da MP como um reconhecimento da decisão do Congresso. Para ela, manter a desoneração favorece investimentos e a geração de novos empregos com a melhora na saúde financeira das empresas dos setores contemplados.

"Já foi comprovado que os setores desonerados geram mais empregos e, finalmente, houve esse reconhecimento por parte do governo. É a certeza de empregabilidade com carteira assinada, beneficiando mulheres que chefiam famílias e jovens em seu primeiro emprego", afirmou a dirigente da Feninfra em comunicado, acrescentando que os empresários estão dispostos a debater o projeto de lei que o governo promete enviar ao Congresso, "desde que a medida seja prorrogada até 2027, como foi aprovado pelos congressistas".

A deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto na Câmara, disse que a desoneração é necessária para manter empregos:

— (A nova MP) representa o respeito, mesmo que tardio, aos deputados e senadores que são os representantes diretos do povo brasileiro.

Em nota, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo disse que a decisão do governo foi correta e que por meio de um projeto de lei “esse debate ocorre de maneira mais saudável e em um ambiente propositivo”.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 28/02/2024**

## REFORMA TRIBUTÁRIA: ALÍQUOTA-PADRÃO DE NOVO IMPOSTO SÓ DEVE SER CONHECIDA NO SEGUNDO SEMESTRE; ENTENDA

Fazenda estima valor de 27,5%, mas número depende de regulamentação  
**Por Victoria Abel — Brasília**



**O presidente Lula em sessão do Congresso para votar a Reforma Tributária — Foto: Ricardo Stuckert/PR**

A estimativa mais realista de uma alíquota padrão para imposto criado com a Reforma Tributária deve ocorrer apenas no próximo semestre pelo Senado Federal. A prerrogativa dos senadores de determinação do índice está determinada em Emenda Constitucional promulgada no ano passado. A definição do índice a ser cobrado dos consumidores, porém, só irá ocorrer no ano anterior a sua vigência.

O novo tributo segue o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), resultado da união do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de competência federal, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), direcionado para estados e municípios. O CBS, por exemplo, entrará em fase de teste a partir de 2027, a determinação da alíquota cobrada, portanto, será em 2026.

As estimativas mais realistas de valores para a alíquota de referência do IVA só poderão ocorrer após a aprovação dos projetos de leis complementares que vão detalhar a Reforma Tributária. A previsão é que as propostas cheguem à Câmara até o início de abril.

Os parlamentares terão auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU) para os cálculos. O objetivo é que a alíquota mantenha a carga tributária do país e gere a menor perda possível de arrecadação para estados e municípios.

— O governo ainda precisa enviar as propostas e elas serem votadas, para depois ser definida a alíquota. Deve ficar para o segundo semestre — disse o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator da reforma na Câmara dos Deputados.

A estimativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é que a alíquota final da CBS e IBS seja em torno de 27,5%

Devem ser apresentados pelo governo ao menos quatro propostas: criação e regras do CBS e IBS; criação do comitê gestor do IBS; regulamentação do Imposto Seletivo; e regras para contencioso administrativo. Esse último vai direcionar como e em quais tribunais do executivo os contribuintes poderão reclamar em caso de discordância na cobrança de impostos.

O grupo de trabalho do Ministério da Fazenda, que está responsável por elaborar os projetos que serão sugeridos ao Congresso Nacional, reúne secretários de Fazenda de estados e municípios. Os encontros são on-line e ocorrem três vezes por semana.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 28/02/2024**

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### TREM ATÉ CAMPINAS E MAIS CIDADES: SAIBA O QUE PREVÊ CONCESSÃO COM LEILÃO MARCADO PARA AMANHÃ

Obra bilionária inclui também Jundiaí, Vinhedo, Valinhos e Louveira, além de linha da CPTM; saiba o que dizem especialistas e o Governo do Estado

*Por Priscila Mengue*

Discutida há anos, a implementação de uma linha de trem expresso entre a cidade de São Paulo, Jundiaí e Campinas é um dos principais objetivos da concessão pública que vai a leilão nesta quinta-feira, 29, realizada na B3 pelo governo do Estado. A Parceria Público-Privada (PPP) prevê também criar uma linha que interligue Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas, no interior paulista, assim como mudanças na Linha 7-Rubi, da CPTM.

O contrato envolve a implementação, manutenção e operação das três linhas por 30 anos. A previsão é que o expresso até Campinas e as alterações na CPTM sejam entregues até 2031, enquanto a outra linha seria inaugurada em 2029. A concorrência é internacional.

A empresa ou consórcio selecionado no leilão será o que oferecer a menor contraprestação paga pelo Estado, cujo teto é de R\$ 8,5 bilhões. O governo será responsável ainda por pagar, no máximo, cerca de R\$ 9 bilhões dos R\$ 13,5 bilhões a serem investidos em infraestrutura. Parte dos recursos estaduais serão oriundos de empréstimo de R\$ 6,4 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Chamado de Trem Intercidades (TIC), o expresso tem trajeto com duração estimada de 1h04 a 1h15, entre o Terminal Palmeiras-Barra Funda, zona oeste paulistana, e Campinas, com parada em Jundiaí. A velocidade média prevista é de 95 km/h. O valor médio estimado do bilhete é de R\$ 50, com teto de R\$ 64 (a ser atualizado anualmente, com base principalmente no IPCA).

Parte dos especialistas tem defendido a necessidade de retomada desse tipo de transporte, a fim de desafogar o tráfego de automóveis, ônibus e caminhões e fomentar uma alternativa de menor impacto ambiental. Hoje, praticamente não há linhas intercidades no País, enquanto redes amplas operam em outros países, especialmente da Europa. Os exemplos brasileiros mais próximos são os trens da Vale (entre o Espírito Santo e Minas Gerais e entre o Maranhão e o Pará), que também levam passageiros.

Por outro lado, a proposta do Estado também tem recebido críticas. Nas audiências públicas, por exemplo, já foi destacado que o valor da tarifa traria uma “elitização” do serviço e pouca efetividade na adesão daqueles que utilizam transporte por carro. Questionamentos envolvem, ainda, o trajeto (com a reivindicação de mais paradas e alterações), a velocidade mediana e o desembolso da maior parte do investimento pelo poder público (assim como mecanismos compensatórios no caso de receita tarifária abaixo da referência estimada), dentre outros.

Além disso, parte das críticas envolve o histórico recente de concessões ferroviárias do Estado. Após descarrilamentos e outros problemas, a ViaMobilidade chegou a firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pelo que foi descrito como “falta de qualidade” dos serviços prestados nas Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, da CPTM, por exemplo.

Liderada pela CCR, a concessionária confirmou ao Estadão que analisa eventual apresentação de proposta no leilão. Sobre os problemas na concessão das linhas da CPTM, respondeu que tem investido na modernização dos serviços, com a compra de novos trens, melhorias nos trilhos e inspeções, dentre outros procedimentos.

Já o governo estadual diz que os problemas iniciais com a concessão das linhas da CPTM incentivaram ajustes no edital, como a fixação de maior tempo de transição (um ano) e a exigência de equipamentos de manutenção disponíveis desde o início. “Foi um aprendizado”, diz o secretário executivo de Parceria em Investimentos do Estado, **André Isper Rodrigues Barnabé**.

### Leilão

Nova concessão abrange duas novas linhas de trem



Fonte: Governo de São Paulo

ESTADÃO

Discutida há cerca de duas décadas, a implementação do trem a Campinas passou a ganhar o contorno atual há seis anos. O estudo de viabilidade foi firmado na gestão Geraldo Alckmin (então no PSDB, hoje no PSB), em 2018. No governo João Doria (à época no PSDB) passou por novas etapas, como consulta e audiências públicas, além de sondagens. Por fim, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) fez novas alterações e publicou o edital definitivo.

### União e Estado querem investir em ferrovias; ligação entre capital e Sorocaba pode ter leilão em 2025

A implantação do TIC tem sido destacado pela gestão Tarcísio como possível marco da retomada do transporte ferroviário de passageiros no Estado, hoje restrito às linhas da CPTM e turísticas. O governo há pouco contratou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para estudar a viabilidade de um trem intercidades até Sorocaba, com possível leilão em 2025. Há, ainda, a intenção de retomar a ligação com Santos e São José dos Campos.

Em agenda pública recente, Tarcísio destacou a vontade de ampliação ainda maior e falou na possibilidade de “unir, por trem de passageiros, a região concentradora de PIB do Estado”. “Só que se leva de Campinas para São Paulo, daqui a pouco vai querer mais uma ‘perninha’ para Americana, Limeira... Vai começar a pensar em chegar em Ribeirão (Preto). Olha o que isso representa”, declarou.

Além disso, o leilão ocorre em contexto no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também anunciou expansão da malha ferroviária em diferentes partes do País, pelo Novo PAC. Nesse caso, até agora, o enfoque envolve principalmente o transporte de carga.

A operação das linhas do leilão desta quinta envolveria construir novas vias para a circulação de trens, ao longo do trajeto já existente (utilizado para transporte de carga e, no trecho até Jundiaí, pela CPTM).

Esse traçado data do século 19, de modo que envolve estações tombadas como patrimônio cultural na esfera estadual — as quais precisarão passar por restauro, readequações e, em alguns casos, conversão para um novo uso, essa última opção no caso de locais que terão uma nova estação.

A ligação ferroviária da capital com Campinas foi discutida em outras ocasiões nas últimas décadas, como o projeto federal de trem-bala de São Paulo até o Rio. No âmbito estadual, diversas opções também foram tratadas, incluindo a possibilidade de ligação com o Aeroporto de Viracopos e uma extensão maior, até Americana, por exemplo.

Presidente do Conselho da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Joubert Flores diz que o projeto poderia passar por ajustes, mas que é importante por dar um primeiro passo na retomada desse modal, ainda mais diante do histórico de propostas nunca executadas. “Às vezes, o modelo não é perfeito e, em vez de se aprimorar, se abandona tudo e volta à estaca zero”, justifica.

Ele destaca a necessidade de acompanhar o serviço e a execução de penalidades a eventuais descumprimentos. Além disso, observa que o País vive uma tentativa de resgate desse tipo de transporte após décadas de enfraquecimento e desativações. Nesse contexto, cita também iniciativas voltadas a Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT), uma, inclusive, em estudo na capital.

Já o diretor executivo da FGV Transportes, Marcus Quintella, avalia que a adesão talvez seja paulatina, diante do longo período sem esse tipo de opção de transporte disponível. A atratividade para passageiros dependeria de diversos fatores, como tarifa, segurança, qualidade do serviço e possibilidade de integração. “Depende de como o brasileiro entenderá como importante, porque não é coisa do cotidiano”, explica.



***Trem Intercidades sairia do Terminal Palmeiras-Barra Funda; concessão envolve também Linha 7-Rubi Foto: Hélvio Romero/Estadão - 14/06/2019***

### **Como seria o funcionamento das linhas de trem até Campinas?**

O contrato proposto prevê padrões de operação. Com 101 km de extensão, o serviço expresso funcionaria ao menos por 18 h diárias, com um intervalo de cerca de 15 min nos horários de pico, enquanto poderia alcançar até 60 min nos demais períodos. A velocidade chegaria a até 140 km/h, com uma capacidade de cerca de 860

passageiros por trem.

Em relação à tarifa, há a possibilidade da aplicação de um preço variável, a depender da data de compra, horário e tipo de viagem, dentre outros fatores. Dessa forma, pode-se implantar uma diferenciação entre serviço convencional e executivo, por exemplo, porém mediante o atendimento ao teto da tarifa (hoje de R\$ 64). No caso da viagem expressa até Jundiaí, o preço seria de aproximadamente R\$ 29.

Há, também, a determinação da implantação do chamado Trem Intermetropolitano (TIM), com estações em Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas. O trajeto seria de cerca de 44 km, com tempo estimado de 33 min e velocidade média de 80 km/h.

Nesse caso, a tarifa dependerá da distância percorrida. O previsto é que chegue a cerca de R\$ 14 no trecho entre Jundiaí e Campinas, com menor valor em trajetos mais curtos. A estimativa é que cada trem transporte 2.048 passageiros.

Na Linha 7-Rubi, o Estado calcula que a operação poderá ficar mais ágil. A estimativa é que caia em quase pela metade o intervalo entre trens nos horários de pico, chegando a cerca de 3,5 min. O





máximo estabelecido no edital é de 15 min nos demais períodos (da capital até Francisco Morato) e de 30 min (restante da linha). Além disso, uma série de obras estão previstas na concessão.

Por outro lado, a medida pode resultar no encurtamento da linha, do Brás para Barra Funda. A alteração tem recebido críticas, pois deixaria de funcionar conectada à Linha 10-Turquesa, aumentando a necessidade de baldeações. Hoje, os passageiros conseguem ir de Jundiaí até Rio Grande da Serra sem trocar de trem.

Estima-se que a soma do TIC, do TIM e da Linha 7-Rubi chegue a transportar mais de 550 mil pessoas diariamente no primeiro ano, com incremento paulatino nos anos seguintes. Entre as fontes de renda adicionais da concessionária, está a possibilidade de venda naming rights — como é feito em estações de metrô (como na Estação Paulista-Pernambucanas) — e o transporte de cargas, dentre outras.

Em paralelo, fora da concessão que vai a leilão, também está prevista a implantação de uma via específica de transporte de carga entre a Barra Funda e Jundiaí, a ser realizada pela concessionária que opera esse serviço no trecho. Desse modo, espera-se que facilite tanto o fluxo da Linha 7-Rubi (que não precisará mais dividir as vias atuais) quanto do transporte de cargas, possibilitando uma eventual redução no tráfego de caminhões.

### **Trajeto, impactos etc: o que diz o Estado sobre o Trem Intercidades?**

Ao Estadão, o secretário executivo de Parceria em Investimentos, André Isper, destacou que um dos principais benefícios do TIC será a “pontualidade”, ainda mais em um panorama de infraestrutura rodoviária saturada e com pouco espaço possível de expansão. Isto é, diferentemente das estradas, que estão à mercê de engarrafamentos, teria menor variação do tempo de viagem e maior compromisso com o cumprimento dos horários de partida e chegada estabelecidos. “Talvez a malha rodoviária tenha chegado no limite ou muito próximo do limite”, avalia. “São Paulo precisa pensar em alternativas.”

Sobre críticas, responde que os valores foram firmados a partir de estudos de demanda, com um preço semelhante ao do ônibus. “É uma tarifa adequada. A gente acredita que o teto provavelmente não será praticado”, disse. Também salientou que o levantamento considerou o potencial de migração daqueles que hoje utilizam ônibus, fretados, automóveis próprios e carros compartilhados por aplicativo.

Além disso, o secretário cita possíveis benefícios ambientais, com uma redução no tráfego rodoviário, e econômicos. Isso porque as novas linhas potencializariam o desenvolvimento também das cidades assistidas, cuja transformação dependeria de outros fatores, como das legislações urbanísticas municipais, por exemplo. “Tem o potencial de mexer na lógica de ocupação do espaço. Essas cidades vão ficar a 1 h de São Paulo. Isso mexe muito na lógica urbana.”

Já sobre as críticas ao aporte bilionário feito pelo Estado, ressalta que cerca de R\$ 5 bilhões do investimento em infraestrutura serão privados e que a concessionária terá gastos ainda maiores com a manutenção da operação. Além disso, justificou que o traçado foi definido pela facilidade de implantação, principalmente porque a localização junto às linhas já existentes reduz a necessidade de desapropriações, por envolver terrenos que são majoritariamente públicos.

O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da medida identificou 52 impactos potenciais, entre positivos e negativos. Nas áreas diretamente afetadas, mapeou-se que 11,5% têm vegetação nativa, o que exigirá compensação ambiental, por exemplo.

Além disso, cerca de 600 edificações devem ser afetadas, parte delas em áreas irregulares e com moradores socialmente vulneráveis. O compromisso firmado é que essa população seja indenizada ou reassentada. Parte das famílias tem refutado um eventual auxílio-aluguel e defendem a saída mediante destinação a uma moradia definitiva.

O leilão do TIC é parte de um pacote de desestatização do Estado, que envolve também as concessões das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade (todas da CPTM) e dos serviços lotéricos estaduais, bem como as vendas da Sabesp e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), dentre outras.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/02/2024

### ‘ESTAMOS EMPURRANDO COM A BARRIGA DISCUSSÃO SOBRE MUDAR META OU CONTINGENCIAR’, DIZ SOLANGE SROUR

Para diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, sinais de que os juros vão demorar mais tempo a cair nos EUA pode deixar economia global mais difícil e exacerbar as dificuldades do País na área fiscal

Por Luiz Guilherme Gerbelli

#### Entrevista com

#### Solange Srouf - Diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management



Foto: WILTON JUNIOR

Entrevista com  
**Solange Srouf**  
Diretora de macroeconomia para o  
Brasil do UBS Global Wealth  
Management

Diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srouf avalia que a sinalização de um Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) mais cauteloso na condução da política monetária pode exacerbar as fragilidades fiscais do Brasil nos próximos anos.

Hoje, o cenário do UBS Global Wealth Management é de que o BC norte-americano deve promover três cortes de 0,25 ponto nos juros em 2024. O primeiro seria em junho. Antes, a previsão era que o ciclo de afrouxamento monetário tivesse início em maio. “Isso tem levado a uma pressão nas taxas de juros globais. Então, afeta o Brasil e outros países”, afirma Solange.

Com um cenário mais desafiador nos EUA, Solange alerta para o fato de que o Brasil pode ficar mais vulnerável se não endereçar o rombo das contas públicas, com a manutenção das regras do arcabouço e sinalizações do cumprimento das metas de resultado primários propostas pela equipe econômica – em 2024, por exemplo, a promessa é zerar o rombo fiscal.

“Eu acho que a gente está tentando empurrar com a barriga essa discussão para o meio do ano, para alterar a meta ou fazer um contingenciamento”, afirma ela. “Se mudar a meta sem fazer congestionamento algum e sem sinalizar nenhum tipo de controle de despesa, haverá um efeito de expectativas para pior nos próximos números de primário e no crescimento da dívida.”

#### A seguir os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão.

#### Como a sra. analisa este começo de ano para a economia brasileira?

Vou começar com a parte internacional, porque é o mais relevante em termos de cenário para o Brasil. Estamos num ano em que se espera um ciclo de cortes de juros nas mais diversas economias, principalmente, nas desenvolvidas. E o que a gente está vendo nos Estados Unidos é muito relevante. É uma economia muito mais resiliente do que a expectativa. Estamos vendo os dados surpreenderem e colocando um viés positivo para o crescimento deste ano. Ao mesmo tempo, a desinflação está mais desafiadora. Você tem uma parte de serviços nos Estados Unidos - não relacionada ao mercado imobiliário - que está mais resiliente também. E junto com dados mais fortes de atividade, tem trazido uma preocupação para o Fed. Não é uma preocupação no sentido de que os juros não vão cair, mas no sentido de se já é o momento de se fazer o corte ou não.



### **E qual tem sido a consequência desse cenário?**

Isso tem levado a uma pressão nas taxas de juros globais, então, afeta o Brasil e outros países. Estamos vendo as curvas de juros, por exemplo, na Europa reagir a isso. A grande incerteza hoje não é quando corta. É quanto corta. E qual o impacto isso vai ter para crescimento mundial.

### **E quando e quanto o Fed começa a cortar juros?**

O call (projeção) é de um corte começando em junho. É um corte por trimestre. Então, são três cortes de 25 (pontos). É um pouco o que está implícito nas projeções do Fed. No final do ano, o mercado reagiu muito colocando o corte maior do que estava implícito no Fed, mas, agora, está mais ou menos parecido.

### **E qual vai ser o impacto para o Brasil?**

Vai depender muito do caminho até junho. Se a gente continuar vendo esses dados mais fortes nos Estados Unidos, pode até ter uma reprecificação de menos cortes. Isso só vai afetar a nossa política monetária, como o próprio Banco Central tem dito, dependendo dos impactos que pode ter na trajetória de inflação. Depende muito do impacto que essa reprecificação de juros vai ter no câmbio e nas expectativas de inflação. Hoje, eu não vejo uma relação muito automática. No Brasil, a economia está mais resiliente também. As projeções de PIB estão aumentando no Focus. Estamos com um cenário de inflação mais tranquilo este ano, mas também com essa parte de serviços, relacionada à demanda, mais pressionada na margem.

### **E qual é o cenário para os juros no Brasil?**

A gente vê o Banco Central continuando com o corte gradual de 50 em 50 (pontos). Não acho que (os diretores) estão numa situação muito confortável, porque você vê uma desinflação acontecer e, ao mesmo tempo, a economia surpreender para cima. Hoje, não tem por que acelerar, dar algum sinal de aceleração de cortes ou sinalizar para o mercado que vai parar numa taxa abaixo do (juro) neutro. A atuação do Banco Central está muito correta num cenário de tanta incerteza doméstica, marcada pela pressão sobre serviços - ou quanto mais os serviços vão desinflacionar - pelas incertezas fiscais, que ainda são bastante elevadas, e pela incerteza internacional enorme em relação aos impactos de uma postergação maior do Fed no corte de juros.

### **Até onde pode ir esse corte de juros no Brasil?**

O que a gente trabalha é que corta de 50 em 50 (pontos) até chegar próximo do nível neutro. E a gente acha que o Focus está muito justo. Entre 9% e 9,25% seria próximo do neutro.

### **E sobre a incerteza fiscal, como a sra. vê a condução das contas públicas?**

No curto prazo, a gente tem tido algumas surpresas positivas na arrecadação e na atividade. Quando a gente tem esses períodos de atividade, o mercado começa a esperar um PIB mais forte para o ano e, inevitavelmente, para a arrecadação, que também deve ser revista para cima. É o que o mercado está fazendo e dando um viés de baixa para o número que está no Focus, de 0,8% do PIB de déficit primário para este ano. Eu vejo o consenso indo para o número um pouquinho abaixo disso. Dito isso, ainda é um número muito longe de zero, que é a meta.

### **Não cumprir a meta vai trazer algum tipo de problema?**

Evitar essa discussão no começo do ano, por ser um ano eleitoral ou não querer causar um corte de emendas, por exemplo, é muito ruim porque sinaliza que não há esforço para cumprir a meta. No curto prazo, não vai trazer problema porque os mercados ainda estão num humor favorável com a queda de juros que está acontecendo no Brasil e que vai acontecer lá fora. Agora, a gente fica vulnerável a um ambiente externo que pode mudar de um dia para outro. Eu acho que a gente está tentando empurrar com a barriga essa discussão para o meio do ano para alterar a meta ou fazer um contingenciamento. Muito provavelmente vai se alterar a meta, porque os gatilhos que o arcabouço coloca para o não cumprimento podem comprometer bastante alguns gastos em 2025 e 2026, e o governo não vai querer fazer isso. Eu acho ruim a gente adiar essa discussão e ficarmos vulneráveis ao ambiente que está incerto.



*Muito provavelmente vai se alterar a meta fiscal, diz Solange Srour Foto: WILTON JUNIOR / ESTADAO*

### **O ministro Fernando Haddad tem reforçado que persegue a meta zero. Poderia detalhar se uma eventual mudança vai trazer algum impacto?**

Muita gente diz que mudar a meta deste ano não faz diferença porque ninguém espera que o (resultado) zero seja cumprido. Então, não vai piorar o preço de ativos, expectativas de inflação nem interferir na queda de juros. Eu acho que tudo depende das circunstâncias em que se muda a meta. Se mudar a meta sem fazer congestionamento algum e sem sinalizar nenhum tipo de controle de despesa, tem um efeito de expectativas para pior nos próximos números de primário e no crescimento da dívida. No fundo, a política fiscal fica menos crível. Quando a gente está num ambiente como deste ano, em que está todo mundo numa expectativa forte de queda juros, o que é positivo, em que balança tem ajudado muito na performance do câmbio, tudo bem parecer que não faz diferença mudar a meta. Mas eu acho que deixa a gente mais vulnerável e isso não pode ser extrapolado para os próximos anos.

### **É uma preocupação maior com 2025 e 2026, então?**

O arcabouço também está em xeque em 2025 e 2026. A gente voltou com uma regra do salário mínimo antiga (reajuste acima da inflação) sem fazer uma discussão em relação a outros gastos. O quanto, por exemplo, essa regra de salário mínimo vai implicar no crescimento muito elevado das despesas com Previdência, muito acima do que está no Orçamento. Isso vai comprimir as despesas discricionárias em 2025, junto com a nova regra (do gasto) da educação e da saúde, que cresce com a receita. No ano que vem, essa discussão do contingenciamento vai ser mais difícil ainda e pode levar, na minha opinião, a alterações do arcabouço, não só alteração na meta.

### **E tudo isso num contexto em que a queda de juros pode ser postergada nos Estados Unidos?**

Exatamente. Se fosse um ambiente em que já estivesse claro que os juros (nos EUA) fossem cair em março ou maio, as chances de passar impune uma mudança de meta, sem medidas de controle de gastos, eram maiores do que é hoje. Eu acho que é por isso que o Haddad está realmente batendo o pé de que não vai mudar a meta. Só que se chegar num momento em que vai ficar óbvio que a meta não vai ser cumprida e isso implicar gatilhos, a gente vai ter de ter ou um contingenciamento muito forte ou uma mudança de meta com contingenciamento. Essa vai ser a hora da verdade. E aí vai depender muito do ambiente externo naquele momento.

### **Uma eventual eleição do Trump adiciona incerteza nesse ambiente externo?**

A gente tem vários riscos no ambiente externo. A eleição americana é um dos principais. Fora isso, a gente até pode ter surpresas no conflito do Oriente Médio - não acho que a situação seja de tranquilidade extrema. Não é uma crise ainda resolvida. A mesma coisa com a guerra da Rússia. Mas em relação à eleição americana, eu acho que existe muita incerteza sobre duas pautas muito importantes nos Estados Unidos, tanto a questão da política externa e da guerra comercial como a questão doméstica, especificamente, do fiscal. A gente só vai ter um cenário mais claro com o presidente eleito.

A eleição americana, de fato, só vai começar a trazer mais preocupações para o mercado quando a gente conseguir ter um grau de conhecimento maior do que vai ser a política doméstica e externa. Hoje, é tudo tão imprevisível e essa discussão está fora do debate americano que fica difícil saber como o mercado vai reagir no dia seguinte da eleição. Mas, à medida que o próximo presidente for montando a sua equipe e mostrando qual vai ser a sua política doméstica e externa, eu acho que você pode ter uma mudança importante de cenário.

### **Dá para falar em pouso suave nos EUA?**

O pouso suave descreve o cenário de 2024. O que estou dizendo é o seguinte: à medida que a taxa de juros fique alta por mais tempo, você pode contratar em 2025, não diria uma recessão gravíssima, mas uma desaceleração maior porque os juros reais estão altos e vão ficar por mais tempo. Mas não tem muita alternativa para o Fed. Se ele passar a impressão de que vai aceitar uma inflação muito mais alta, você pode acabar desancorando as expectativas de inflação. Não é o caso agora, mas pode ser o caso se ficar claro que existe uma pressa para cair juros.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/02/2024**

### **CAMPOS NETO DIZ QUE AINDA HÁ TRABALHO A FAZER PARA REDUZIR A INFLAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO**

Presidente do BC participou da 1ª reunião de ministros e presidentes de bancos centrais do G-20 Brasil

**Por Laís Adriana , Francisco Carlos de Assis (Broadcast), Eduardo Laguna (Broadcast) e Cristina Canas (Broadcast)**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que ainda há trabalho a fazer para baixar a inflação no Brasil e no mundo, ressaltando que permanecem riscos para o cenário econômico. “A última parte (do processo de desinflação) será a mais difícil”, pontuou ele, durante discurso na abertura da 1ª reunião de ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G-20 Brasil.

Em seus comentários, Campos Neto ressaltou que bancos centrais globais estão comprometidos em combater a inflação e defendeu que somente a estabilidade de preços permitirá um crescimento global estável no longo prazo, diminuindo a desigualdade social.



“Reduzir inflação vem com custos, mas demorar em atingir a estabilidade de preços pode prejudicar ainda mais a população vulnerável, que é afetada de modo desproporcional”, afirmou. “A melhor contribuição da política monetária para um crescimento sustentável, baixo desemprego e alta renda é manter a inflação baixa, estável e previsível.”

**Roberto Campos Neto discursa durante reunião do G-20 Brasil Foto: Carla Carniel/Reuters**

Campos Neto reforçou que a agenda brasileira do G-20 tem como prioridade a luta contra a pobreza e a desigualdade, tendo como pilar central a inclusão financeira da população de países emergentes. “Queremos construir um mundo justo e um planeta sustentável”, disse, enfatizando comentário anterior do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/02/2024**



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### ANÁLISE: CRÍTICAS DE LULA À VALE CONFIRMAM QUE GOVERNO NÃO DESISTIU DE BOTAR 'DEDO' NA EMPRESA

O principal interlocutor do governo federal na Vale é a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil

Por Francisco Góes, Valor — Rio



**Análise: Críticas de Lula à Vale confirmam que governo não desistiu de botar 'dedo' na empresa — Foto: Divulgação/Vale**

As novas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Vale, feitas nesta terça-feira (27) em entrevista à "Rede TV", confirmam que o governo voltou à carga com toda a força contra a companhia no momento em que a sucessão do CEO da mineradora enfrenta dificuldades.

Nos bastidores, pessoas que acompanham o processo sucessório dizem que o governo não desistiu de interferir na Vale. "O governo ainda sonha sim em botar o dedo na Vale", diz uma fonte.

As falas de Lula ratificam, publicamente, o que até agora vinha ocorrendo nos bastidores.

Nos últimos dias, os sinais desse movimento têm sido evidentes.

Em menos de 12 horas, na semana passada, a Vale soltou dois comunicados ao mercado informando de ofícios que havia recebido do órgão ambiental do Pará sobre a suspensão de licenças ambientais de duas minas importantes no Estado: Sossego (cobre) e Onça Puma (níquel).

Houve a interpretação imediata que a suspensão das licenças havia sido política, sendo atribuída ao governador Helder Barbalho (MDB), aliado de Lula.

Na ocasião, assessores do governador, procurados pelo Valor, negaram a hipótese e depois a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará enviou posicionamento a este jornal dizendo que a decisão havia sido técnica.

Nos bastidores, porém, fontes da Vale insistem no viés político das decisões que suspenderam as licenças ambientais das minas: "São decisões frágeis tecnicamente", disse uma fonte.

Ontem (27), na entrevista, Lula disse que não discute a sucessão na Vale e depois enfileirou uma série de críticas. Citou, por exemplo, os problemas que a empresa enfrenta no Pará e em Minas Gerais: "A Vale não pagou as desgraças que eles causaram em Brumadinho. O que nós queremos é que a Vale tenha mais responsabilidade."

A fala do presidente embute um erro factual.

Em fevereiro de 2021, a Vale fechou um acordo global de reparação para Brumadinho com autoridades federais e estaduais em Minas Gerais no valor de R\$ 37,68 bilhões. Esse é o compromisso da empresa para reparar integralmente a tragédia de Brumadinho. O dinheiro vem sendo desembolsado.

É verdade, porém, como disse Lula, que a empresa tem pendências.

Falta ainda fazer acordo semelhante ao de Brumadinho em relação a uma tragédia mais antiga, a de Mariana (MG), de 2015. E o impasse na sucessão da companhia, que se estende há semanas, é um fator que não ajuda a empresa a avançar em pendências que tem com o Estado brasileiro e com os entes subnacionais, neste caso Minas Gerais e Espírito Santo.

Também nos bastidores as informações dão conta que o governo apoiaria Paulo Caffarelli, ex-presidente do Banco do Brasil, para a sucessão na Vale. O nome de Caffarelli, já apareceu outras vezes como potencial candidato, mas voltou à baila agora depois de Lula ter desistido de emplacar o ex-ministro Guido Mantega como presidente da Vale. “Caffarelli sempre foi o plano B do governo para a Vale se o plano A [Mantega] não desse certo”, diz fonte. Caffarelli não fala sobre o assunto.

O principal interlocutor do governo federal na Vale é a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. A Previ tem dois assentos no conselho de administração da empresa, que é quem vai decidir o nome do próximo presidente.

As cadeiras da Previ são ocupadas por João Fukunaga, apontado como interlocutor do governo na tentativa de fazer Mantega CEO, e por Daniel Stieler, chairman do colegiado.

Fukunaga não fala sobre o tema, assim como Stieler. Mas Stieler, por ser o presidente do conselho de administração da mineradora, assumiu a tarefa de dialogar e explicar a situação sucessória ao governo depois da tentativa fracassada de Lula de fazer Mantega CEO.

O principal interlocutor no governo é o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a quem cabe a definição de políticas para o setor mineral. Fontes próximas ao ministro negam que ele esteja tentando influenciar a sucessão, embora pessoas ligadas à Vale afirmem que a pressão prossegue.

Nesta terça-feira (27), fontes do MME criticaram ao Valor o impasse que foi criado na Vale para definir quem será o próximo presidente: “Quais são os interesses controversos entre os acionistas que levaram à essa falta de definição?”, disse fonte do MME. E acrescentou: “Estamos esperando a Vale se resolver.” Afirmou ainda que depois disso um dos temas a serem enfrentados, além de Mariana, será o dos direitos minerários.

Fica a dúvida: o governo quer rediscutir licenças minerais que a Vale tem para explorar no país?

Na entrevista, Lula avançou um pouco mais no tema: “A quantidade de minas que está na mão da Vale e que ela não explora há mais de 30 anos e fica funcionando como se fosse dona e vendendo [...]” Lula cobrou a Vale ao dizer que a empresa vende mais ativos do que produz minério de ferro.

A venda de ativos foi necessária nos últimos anos para que a empresa pudesse se concentrar no negócio principal — justamente a produção de minério de ferro e metais. Havia ativos na empresa, no níquel e no carvão, que eram sorvedouro de dinheiro, prejuízo na veia a cada trimestre. Portanto a Vale fez bem em vender.

A produção de minério de ferro caiu, por sua vez, como resultado direto de Brumadinho, uma vez que a Vale passou a enfrentar inúmeras restrições socioambientais. Mas a produção está voltando a crescer. Em 2023, ficou acima da meta e o mercado elogiou os resultados operacionais do quarto trimestre.

Lula afirmou ainda que a Vale está perdendo espaço para as concorrentes australianas, o que é um fato.

O presidente da República também criticou o que chamou de monopólio da Vale. Esqueceu de dizer que esse é um setor dominado por poucas empresas com capacidade de competir globalmente e a mineradora brasileira é uma delas.

Trata-se basicamente de um negócio de logística que tem competitividade por integrar corredores formados por minas-ferrovias e portos.

Mas insatisfeito com a gestão da Vale, o governo pressiona em diferentes frentes.

Em janeiro, notificou a companhia em multa de R\$ 25,7 bilhões por outorgas que supostamente deveriam ser pagas pela renovação antecipada de duas ferrovias: Estrada de Ferro de Carajás (EFC) e Vitória Minas, no governo de Jair Bolsonaro.

Quem conhece os contratos diz que são “juridicamente perfeitos”, aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Todas as contínuas tentativas de interferência do governo na Vale, agora amplificadas pelas falas públicas de Lula, criam ruídos e contribuem para essa divisão que se evidencia no conselho de administração da companhia.

O colegiado está rachado entre aqueles que apoiam a recondução do atual CEO, Eduardo Bartolomeo, cujo mandato vence em maio, e o grupo de conselheiros que quer a abertura de um processo competitivo para selecionar um CEO a partir de lista tríplice.

E o governo, como se vê, está acompanhando ativamente cada movimento nesse tabuleiro. Com lupa.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/02/2024*

## PETRÓLEO FECHA SEM DIREÇÃO ÚNICA COM DADOS DE ESTOQUES DOS EUA

O petróleo WTI com entrega prevista para abril fechou a sessão em baixa de 0,42% e o Brent para o mesmo mês teve ligeira alta de 0,04%

*Por Gabriel Caldeira, Valor — São Paulo*



*Plataforma de petróleo offshore — Foto: Pixabay*

O petróleo WTI, a referência americana, com entrega prevista para abril fechou a sessão desta quarta-feira (28) em baixa de 0,42%, a US\$ 78,54 por barril, após o Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês) dos Estados Unidos informar um aumento bem maior que o esperado dos estoques da commodity. Já o petróleo Brent, a referencial global, para o mesmo mês anotou ligeira alta de 0,04%, a US\$ 83,68 por barril.

De acordo com o DoE, os estoques americanos de petróleo cru aumentaram 4,199 milhões de barris na semana encerrada na última sexta-feira (23). A expectativa era por alta de 1,5 milhão de barris. O avanço acima do previsto sugere que a demanda por petróleo na maior economia do mundo tem desacelerado a um ritmo mais forte do que o mercado projeta.

Por outro lado, os estoques de gasolina no país caíram 2,832 milhões de barris, mais do que o esperado. Já os estoques de produtos destilados, como diesel e gás para calefação, recuaram apenas 510 mil barris, número menor que o previsto.

Em nota enviada a clientes, o analista-sênior Santosh Budankayala, da Rystad Energy, destaca que o período de 2020 a 2024 foi marcado por uma redução do investimento em exploração de petróleo cru e gás natural por grandes empresas do setor, como as americanas ExxonMobil e Chevron.





De acordo com ele, o investimento deve cair de US\$ 10 bilhões para US\$ 7 bilhões por ano, na comparação com o quadriênio anterior. “As principais empresas do setor de petróleo e gás continuarão a ser cautelosas nos gastos com exploração este ano, com a atividade de perfuração preparada para um ano que vem mais movimentado”, diz Budankayala.

Além dos sinais para a demanda, o mercado segue de olho na oferta global de petróleo, em meio aos rumores de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) possam estender os seus cortes de produção para além do primeiro trimestre. Há especulação até de que o cartel decida estender sua política atual até o fim do ano.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 28/02/2024*

## **AGENDA DE EMPRESAS: BRASKEM PERDE GRAU DE INVESTIMENTO; BRF REVERTE PREJUÍZO E LUCRA R\$ 754 MILHÕES**

Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta terça-feira  
*Por Valor — São Paulo*

A agência de classificação de risco S&P rebaixou a nota de crédito global da Braskem de “BBB-” para “BB+”, retirando o grau de investimento da petroquímica. A perspectiva é estável.

### **BRF**

A BRF registrou lucro líquido de R\$ 754 milhões no quarto trimestre, em comparação com um prejuízo de R\$ 956 milhões obtido no mesmo período do ano anterior. A teleconferência começa às 10h.

### **AES Brasil**

A AES Brasil registrou queda de 18% no lucro líquido no quarto trimestre em relação a igual período de 2022, saindo de R\$ 137,4 milhões para R\$ 112,6 milhões. A teleconferência começa às 10h.

### **Balanços**

Marcopolo, Engie Brasil, Porto, Kora Saude e Eternit divulgam os seus resultados do quarto trimestre nesta terça-feira (27). No mercado internacional, são esperados os balanços de Dell, Macy's, XP e AES Corporation.

### **Petrobras**

A Petrobras assinou um memorando de entendimento com a Arcelor Mittal Brasil com o objetivo de estudar potenciais modelos de negócio “mutuamente benéficos” na economia de baixo carbono.

### **Suzano**

A Suzano informou a seus clientes uma nova rodada de aumento de preços da celulose de eucalipto, válida para os pedidos de março, segundo fontes de mercado. Os reajustes variam entre US\$ 30 e US\$ 80 por tonelada e serão aplicados na Ásia, Europa e América do Norte.

### **Vale**

A Vale conseguiu liminares judiciais que reestabelecem as licenças de operação das minas de Sossego e de Onça Puma, que haviam sido perdidas nos dias 21 e 22 de fevereiro.

### **IMC**

A International Meal Company (IMC) informou que concluiu a venda de uma unidade do restaurante “Margaritaville”, localizada em Pigeon Forge, nos Estados Unidos, para a sociedade Island Paradise Partners. A operação foi avaliada em US\$ 13,32 milhões.

### **Biommm**

A Biommm afirmou, em resposta ao questionamento feito pela B3 e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que as negociações atípicas das suas ações foram causadas pelos anúncios

recentes sobre alterações nas participações acionárias da companhia e sobre o aumento do seu capital social de R\$ 217 milhões.

### Localiza

O conselho de administração da Localiza aprovou a emissão de uma oferta de debêntures de R\$ 2,1 bilhões.

### Movida

A Movida iniciou uma série de apresentações a investidores para captar R\$ 800 milhões em debêntures.

### Raízen

A Raízen pretende recomprar até US\$ 725 milhões em títulos de dívida emitidos no exterior (bonds), que vencem em 2027.

### Armac

A Armac Locação, Logística e Serviços informou que seu conselho de administração aprovou a realização da sua 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$ 500 milhões.

### JHSF

A JHSF comunicou que seu conselho de administração aprovou o nome de Augusto Martins para o cargo de diretor presidente (CEO) e diretor financeiro (CFO), no lugar de Thiago Alonso de Oliveira. Martins assume as funções a partir desta terça-feira (27).

### Salta

A Gera Capital, que tem o empresário Jorge Paulo Lemann como investidor, vendeu um dos seus fundos no Grupo Salta Educação (ex-Eleva) para acomodar a entrada das gestoras Atmos e Mission e elevar a participação da Warburg Pincus na rede de ensino, em uma transação avaliada em cerca de R\$ 1 bilhão, apurou o Valor com um dos principais acionistas do grupo.

### Hidroviias do Brasil

O Morgan Stanley reduziu a sua participação na Hidroviias do Brasil para 5%.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/02/2024*

## GOVERNO PAULISTA REALIZA NESTA QUINTA-FEIRA LEILÃO DE TREM INTERCIDADES ENTRE SÃO PAULO E CAMPINAS

Certame vai ocorrer às 15h, na sede da B3; expectativa da administração pública estadual é que a implementação do TIC Eixo Norte vai possibilitar o transporte de quase 550 mil pessoas por dia

*Por Robson Rodrigues Valor — São Paulo*



— Foto: Ministério da Infraestrutura

O Governo do Estado de São Paulo realiza nesta quinta-feira (29) o leilão da PPP do Trem Intercidades (TIC), entre São Paulo e Campinas. O certame vai ocorrer às 15h, na sede da B3, em São Paulo. A concessão prevê a operação do trem de passageiros, entre o centro da capital paulista e Campinas.

O certame é uma das prioridades da gestão do governador Tarcísio de Freitas e faz parte da lista de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) divulgada pelo governo federal.

A expectativa do governo paulista é que a implementação do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte vai possibilitar o transporte de quase 550 mil pessoas por dia no primeiro ano de operação completa do empreendimento.

A empresa vencedora do leilão também passará a ser responsável pela Linha 7-Rubi, atualmente sob gestão da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM), ligando a estação Barra Funda a Jundiaí e passando por 17 estações. Na nova versão do projeto, o valor total do investimento previsto subiu de R\$ 12,8 bilhões para R\$ 13,5 bilhões. O valor desembolsado pelo governo no projeto dependerá do nível de concorrência da licitação, já que, na disputa, vence quem oferecer o maior desconto.

A vencedora será aquela com maior desconto na contraprestação pecuniária, ou seja, o valor que o governo deve pagar todo ano para garantir a operação dos serviços. A expectativa do governo é que dois consórcios enviem propostas, sendo um deles formado pela CCR (que opera quatro linhas de metrô e trem em São Paulo) junto com a Alstom e investidores franceses, e outro um grupo composto por Comporte (que opera o metrô de Belo Horizonte) com a chinesa CRRC Sifang.

O trem de passageiros, quando pronto, terá dois serviços. O primeiro (que deverá ficar pronto em 2029) prevê uma viagem com paradas, que deverá demorar cerca de 93 minutos. O corredor será formado pela linha 7-Rubi da CPTM, já em operação entre o centro da capital e Jundiaí, e uma extensão até Campinas, a ser construída. Na segunda linha (que deve ficar pronto até 2031), será oferecida uma viagem expressa de São Paulo a Campinas, com parada apenas em Jundiaí, em um trajeto de cerca de 64 minutos.

Em paralelo, haverá uma linha exclusiva para carga, da concessionária federal MRS. Hoje, a empresa divide com a CPTM os trilhos entre São Paulo e Jundiaí. Em 2022, a companhia firmou com o governo federal a renovação antecipada de sua concessão em troca de investimentos, sendo o principal deles justamente a obra que vai viabilizar o TIC, que é basicamente a separação das linhas de carga e de passageiros.

A ideia é que a MRS construa uma nova rota entre a capital e Jundiaí, liberando a outra linha para que seja exclusivamente de passageiros.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 28/02/2024*

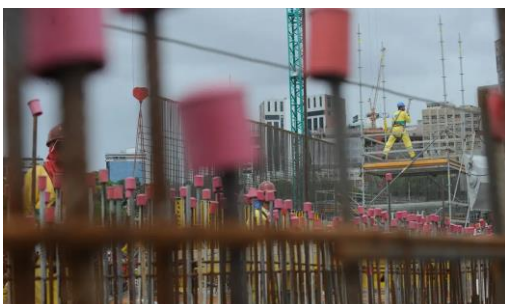


## AGÊNCIA BRASIL - DF

### LULA REVOGA REONERAÇÃO DE 17 SETORES DA ECONOMIA

A decisão de Lula já era aguardada e foi fruto de um acordo feito com lideranças do Congresso Nacional.

*Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil - Brasília Agência Brasil*



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (27) a exclusão da reoneração gradual de impostos para 17 setores econômicos que constava na Medida Provisória (MP) 1202, editada no final do ano passado. Com isso, esses setores ficam isentos do pagamento de impostos, por enquanto, até que o assunto seja resolvido por meio da tramitação de um projeto de lei de urgência, que ainda será enviado pelo governo federal.

A decisão de Lula já era aguardada e foi fruto de um acordo



feito com lideranças do Congresso Nacional, fechado ainda na semana passada. O anúncio da revogação foi feito pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Segundo ele, o texto já foi despachado pelo presidente e estará publicado na edição de quarta-feira (28) do Diário Oficial da União (DOU).

A prorrogação da isenção de impostos foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2023, por mais quatro anos, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a medida.

Em seguida, o Congresso derrubou o veto presidencial. Mesmo assim, uma nova MP foi editada pelo presidente, já em dezembro, reonerando os mesmos setores, mas de forma gradual até 2027, e incluindo outras medidas para melhorar a arrecadação, como a revogação dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação no percentual para compensação tributária por decisões judiciais passadas. A revogação do Perse e a compensação por decisões judiciais seguem na MP, mantendo-se em vigor até que o Congresso aprove ou não a medida.

“Hoje [27], assinado pelo presidente Lula, vai estar publicado amanhã [28], o caminho para a continuidade dessa negociação. A retirada, da Medida Provisória, do ponto específico sobre reoneração dos setores econômicos. Isso vai para um projeto de lei em regime de urgência. Vai permitir que a gente possa continuar tratando, no âmbito da MP, os pontos relacionados ao Perse, programa criado na época da pandemia, que já acabou, para os setores eventos, que começa a gerar um impacto muito grande na saúde das contas públicas. E também o tema da compensação tributária, que continua”, afirmou Padilha em vídeo postado nas redes sociais.

Diferentemente da MP, que tem efeito imediato e, por isso, a cobrança dos tributos sobre a folha já retornaria em abril, o projeto de lei, mesmo com urgência, precisa de aprovação prévia e sanção presidencial para começar a valer, e o prazo para isso é incerto.

A edição de uma reoneração gradual dos mesmos setores que haviam tido o benefício prorrogado pelo Congresso gerou um conflito entre legisladores e o governo federal.

Parlamentares de oposição exigiam que o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolvesse a MP 1202/2023 sem nem analisá-la, por entender que o Congresso já havia decidido sobre o tema. No entanto, durante as negociações que se arrastaram ao longo das últimas semanas, o próprio governo recuou prometendo retirar os trechos que causavam o impasse.

Um outro ponto que constava na MP era a reoneração da folha de pagamento de municípios com menos de 156 mil habitantes, que também foi revogada por Lula no texto que será publicado no DOU. Neste caso, o governo não informou quando e se enviará um projeto de lei para retomar a cobrança tributária.

Na semana passada, associações e sindicatos patronais que representam os 17 setores econômicos afetados pela MP que reonerou a folha de pagamento de funcionários lançaram um manifesto em defesa do benefício tributário, aumentando a pressão sobre o governo.

Esses 17 setores, que agora voltam a ser beneficiados com isenção de impostos, são: confecção e vestuário; calçados; construção civil; call center; comunicação; empresas de construção e obras de infraestrutura; couro; fabricação de veículos e carroçarias; máquinas e equipamentos; proteína animal; têxtil; tecnologia da informação (TI); tecnologia de comunicação (TIC); projeto de circuitos integrados; transporte metroferroviário de passageiros; transporte rodoviário coletivo; e transporte rodoviário de cargas.

**Fonte: Agência Brasil - DF**

**Data: 28/02/2024**

## RENDIMENTO PER CAPITA DO DF É QUASE O DOBRO DA MÉDIA NACIONAL

Com R\$ 945, Maranhão tem pior indicador do Brasil

Por Bruno de Freitas Moura - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



O rendimento domiciliar per capita do Distrito Federal é 77% maior que a média do país. Na capital do país, o indicador alcança R\$ R\$ 3.357, enquanto o indicador nacional fica em R\$ 1.893. Os dados são relativos a 2023 e foram divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abaixo da metade da média do país, o Maranhão figura com o menor índice do Brasil, R\$ 945.

O rendimento domiciliar per capita foi calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares e o total dos moradores. Nesse cálculo, são considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes, como aposentadorias e benefícios do governo. Todos os moradores são considerados no cálculo, inclusive os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

De acordo com o economista e professor do Ibmec Gilberto Braga, o rendimento domiciliar per capita do Distrito Federal é explicado pelo grande contingente de funcionários públicos na capital federal, que conseguem uma remuneração acima da média da iniciativa privada.

“Nas demais cidades, a gente vê um peso relativo bastante grande do salário mínimo, que ainda é utilizado como principal referência de remuneração. Quando você pensa em funcionalismo público, os [rendimentos dos] cargos concursados tendem a partir já de um valor superior ao salário mínimo, e isso puxa a média do Distrito Federal para cima”, explica o economista.

Ficaram acima da média do país 11 unidades da Federação (UF). Todas fazem parte das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O estado mais populoso do Brasil, São Paulo apresentou rendimento domiciliar per capita de R\$ 2.492.

A divulgação do rendimento per capita atende à Lei Complementar 143/2013, que estabelece os novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Os dados são repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

As informações são coletadas ao longo do ano pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2023			
Unidades da Federação	Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente (R\$)		
Brasil	1.893	Pernambuco	1.113
Rondônia	1.527	Alagoas	1.110
Acre	1.095	Sergipe	1.218
Amazonas	1.172	Bahia	1.139
Roraima	1.425	Minas Gerais	1.918
Pará	1.282	Espírito Santo	1.915
Amapá	1.520	Rio de Janeiro	2.367
Tocantins	1.581	São Paulo	2.492
Maranhão	945	Paraná	2.115
Piauí	1.342	Santa Catarina	2.269
Ceará	1.166	Rio Grande do Sul	2.304
Rio Grande do Norte	1.373	Mato Grosso do Sul	2.030
Paraíba	1.320	Mato Grosso	1.991
		Goiás	2.017
		Distrito Federal	3.357

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios.

Fonte: Agência Brasil - DF  
Data: 28/02/2024

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ADMINISTRAÇÃO BIDEN LANÇA PROGRAMA DE PORTOS LIMPOS DE US\$ 3 BILHÕES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/02/2024 - 17:04



A Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) anunciou o lançamento do Programa Portos Limpos, no valor de US\$ 3 bilhões, para ajudar a financiar equipamentos e infraestruturas portuárias com emissões zero.

O programa foi estabelecido ao abrigo da Lei de Redução da Inflação de 2022 do presidente Biden, o maior investimento climático da história nos EUA, e visa reduzir a poluição dos portos estadunidenses ao mesmo tempo que cria empregos bem

remunerados.

A EPA emitiu dois Avisos de Oportunidades de Financiamento (NOFOs) separados, totalizando quase US\$ 3 bilhões como parte do anúncio feito nesta quarta-feira (28). Quase US\$ 2,8 bilhões serão destinados a financiamento de equipamentos e infraestrutura portuária com emissão zero. US\$ 150 milhões serão para financiar atividades de planejamento do clima e da qualidade do ar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/02/2024

#### PORTOSRIO E PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU EXPLORAM POSSIBILIDADE DE PARCERIA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/02/2024 - 16:02



**Presidente da PortosRio, Francisco Martins, ao centro com Irineu Colombo à esquerda**

Durante sua participação no evento Mobile World Congress 4 Years From Now (MWC-4YFN) em Barcelona, o presidente da PortosRio, Francisco Martins, e o diretor do Parque Tecnológico Itaipu, Irineu Colombo, realizaram encontro exploratório para discutir a possibilidade de estabelecer uma parceria estratégica.

O interesse é por explorar oportunidades de colaboração para o desenvolvimento de soluções avançadas em segurança portuária.

O Parque Tecnológico Itaipu, conhecido pela construção de soluções tecnológicas inovadoras, tem 96 convênios ativos em 112 projetos e investe mais de R\$ 300 milhões em pesquisas.

Francisco Martins expressou otimismo em relação às perspectivas de colaboração, afirmando: "Estamos entusiasmados com a possibilidade de trabalhar em conjunto com o Parque Tecnológico Itaipu para desenvolver soluções inovadoras que melhorem a segurança em nossos portos, incluindo o VTMIS - Sistema de Rastreamento e Monitoramento de Embarcações. Este é apenas o primeiro passo em direção a uma parceria que esperamos ser mutuamente benéfica."

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/02/2024

### MOL E SASAKI SHIPBUILDING OBTÊM AIP PARA PROJETO DE NAVIO DE ABASTECIMENTO DE AMÔNIA

Da Redação *INDÚSTRIA NAVAL* 28/02/2024 - 15:54

O Bureau Veritas (BV) concedeu uma aprovação em princípio (AiP) para um navio de abastecimento de amônia (NH3) projetado pela japonesa Sasaki Shipbuilding, com o apoio da principal companhia marítima japonesa, a Mitsui OSK Lines (MOL).

BV e MOL estudam o potencial do abastecimento de amônia desde 2022, criando uma base para este AiP. A MOL convidou a Sasaski para projetar o navio de abastecimento de NH3 de 12.000 m3 com base nas regras do BV.

Para efeitos deste AiP, a BV revisou o projeto da Sasaki levando em consideração as Regras NR 620 para abastecimento de navios e as Regras NR 467 para a classificação de navios de aço. O navio também é elegível para as notações de classe adicionais Cleanship e Greenpassport da BV.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 28/02/2024

### ULTRACARGO INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVO TERMINAL NO TOCANTINS

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 28/02/2024 - 15:51



Estrutura na cidade de Palmeirante movimentará combustíveis e biocombustíveis, facilitando o abastecimento de quatro estados

A Ultracargo, empresa independente de armazenagem de graneis líquidos, começou as obras do terminal de graneis líquidos em Palmeirante (TO). As escavações para a construção do primeiro tanque começaram em janeiro e a previsão é concluir a montagem de toda a estrutura até setembro.

Serão 13 tanques, sendo 12 deles para armazenamento de produtos como gasolina, diesel e etanol. O 13º terá como destinação o armazenamento de água que comporá o sistema de combate a incêndio da unidade. Os tanques contarão com moderno sistema de segurança, com diques de contenção contra vazamentos e acionamento de líquido gerador de espuma em caso de fogo ou chamas. A Central de Transferência de Produtos não terá mangotes, reduzindo o risco de acidentes e proporcionando melhor ergonomia aos operadores que futuramente trabalharão no terminal.

A previsão é que até 400 pessoas sejam envolvidas na obra, entre trabalhadores locais e profissionais especializados em operações complexas que virão de outras regiões do Brasil. As contratações serão realizadas por empresas terceiras, responsáveis por diferentes fases da obra. Seguindo o protocolo aplicado na construção do terminal de Vila do Conde (PA), haverá um cuidado com a sustentabilidade, com o reaproveitamento de água na condução dos testes hidrostáticos, e destinação adequada dos resíduos, conforme a legislação.

O Terminal de Palmeirante receberá e expedirá produtos pelos modais rodoviário e ferroviário, conectando-se pela malha da VLI até o Porto do Itaqui (MA), onde a Ultracargo tem um terminal que pretende expandir. Ao ser inaugurada, a nova unidade facilitará a chegada de combustíveis no interior do Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso.

“Ao construir mais um terminal, estamos dando continuidade à estratégia de transformarmos a Ultracargo em uma empresa de soluções logísticas integradas, conectando a costa brasileira ao interior do país. A conexão ferroviária garantirá mais segurança e sustentabilidade ao transporte de graneis líquidos, e está em linha com a nossa expectativa de oferecer opções mais eficientes aos nossos clientes”, diz o Diretor Executivo de Operações e Engenharia da Ultracargo, Leopoldo Gimenes.

O novo terminal terá 23 mil metros cúbicos de capacidade de tancagem. A expectativa é que a operação possa começar no início de 2025. Atualmente, a Ultracargo opera terminais em Rondonópolis (MT), e nos portos de Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Aratu (BA), Suape (PE), Itaqui (MA) e Vila do Conde (PA). A empresa ainda adquiriu 50% da Opla, terminal de etanol localizado em Paulínia (SP). A capacidade de armazenagem da empresa supera 1 milhão de metros cúbicos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## PPSA E EPE ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Da Redação OFFSHORE 27/02/2024 - 22:26



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) firmaram nesta terça-feira (27), um acordo de cooperação técnica, visando promover o intercâmbio de dados e informações necessárias ao desenvolvimento das atividades e de estudos realizados pelas duas empresas. O acordo terá vigência de cinco anos e prevê também a realização de ações específicas de capacitação entre as empresas, como treinamentos, palestras e eventos.

Pela PPSA, o acordo foi assinado pela diretora técnica e presidente interina, Tabita Loureiro, e pelo diretor de Administração, Finanças e Comercialização, Samir Awad. Pela EPE, assinaram o presidente Thiago Prado, e a diretora técnica, Heloísa Borges.

“A PPSA e a EPE possuem informações estratégicas sobre o setor de energia e já colaboram, de forma independente, para subsidiar o Ministério de Minas e Energia com estudos que fomentam a realização de políticas públicas. Com este acordo, as empresas vão trocar conhecimento e informações, o que certamente irá melhorar ainda mais a qualidade e assertividade dos nossos estudos, assim como a execução das atividades. O Brasil sai ganhando com essa cooperação”, disse Tabita.

Segundo o presidente da EPE, Thiago Prado, o acordo reforça o papel proativo e inovador das instituições, estando totalmente alinhado com a visão e missão da EPE: “De realizar estudos e pesquisas com a reconhecida excelência técnica no setor energético e de alta qualidade visando subsidiar o planejamento, desenvolvimento e a política energética nacional sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia”.

As duas estatais são vinculadas ao Ministério de Minas e Energia. A PPSA tem como missão maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, entre outras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## ANTAQ, MPOR E PARCEIROS PUBLICAM EM MARÇO UM GUIA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/02/2024 - 22:24

Iniciativa contou com a parceria da Wista Brazil e com a colaboração de entidades do setor





O Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário será lançado em 26 março. A elaboração teve início em dezembro de 2023, reunindo a Antaq, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Women's International Shipping and Trading Association (Wista Brazil).

O documento teve como inspiração o Guia Lilás, da Controladoria-Geral da União (CGU), que instituiu em março de 2023 o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e

à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

Ainda é possível que os entes do setor aquaviário contribuam com a elaboração do guia. A Antaq disponibilizou um formulário contendo questionário que busca conhecer o cenário atual de enfrentamento ao assédio no segmento. O link que leva ao formulário está disponível aqui.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd3cDZsMKP4mZUzHr0FdNikqnXiME5zEGwkThCaB3KjSYJlvq/viewform>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## CONSTRUTORES COREANOS RECEBEM GRANDES ENCOMENDAS PARA NAVIOS GASEIROS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 27/02/2024 - 22:14



Os três principais construtores navais da Coreia do Sul obtiveram grandes encomendas de navios transportadores de gás natural liquefeito (GNL) no início de 2024. Recentemente, foi noticiada a estratégia dos estaleiros do país em aceitar preferencialmente encomendas de navios de elevado valor.

A HD Korea Shipbuilding & Offshore Engineering, holding de construção naval da HD Hyundai, anunciou na segunda-feira (26) que assinou um contrato com uma transportadora com sede na Oceania para construir quatro gaseiros com

capacidade de 174 mil metros cúbicos cada. O contrato soma US\$ 1,08 bilhão. As embarcações estão programadas para serem entregues até janeiro de 2028. Com este contrato, o estaleiro soma em 2024 encomendas para seis gaseiros.

A Samsung Heavy Industries assinou um contrato com a QatarEnergy, a empresa petrolífera estatal do Qatar, no início de fevereiro, para construir 15 gaseiros com capacidade de 174.000 metros cúbicos cada a um valor total do contrato de US\$ 3,39 bilhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## PREÇOS DE CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-TANQUE SUBIRAM 50% DESDE 2020

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 27/02/2024 - 22:06



Os preços para construção de navios tanque aumentaram cerca de 50% desde 2020, segundo relatório do corretor de navios Xclusiv. "Após a análise da semana anterior sobre os valores dos granéis sólidos, agora nos concentramos na análise da evolução dos preços dos navios-tanque nos últimos anos. Desde o final de 2020, os preços têm apresentado uma tendência ascendente estável. VLCC, Suezmax, Aframax/LR2 e Panamax/LR1 aumentaram cerca de 50% cada", informa a Xclusiv.



De acordo com a Xclusiv, os preços elevados de construção vêm impactando os preços de segunda mão, que dispararam desde fevereiro de 2022. No segmento VLCC, navios com cinco anos antes avaliados em cerca de US\$ 70 milhões agora custam cerca de US\$ 110 milhões.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 27/02/2024*

### **TCU ANALISA A AQUISIÇÃO DE VOLUMES EXCEDENTES EM DUAS ÁREAS DO PRÉ-SAL**

*Da Redação OFFSHORE 27/02/2024 - 22:17*

O Tribunal decidiu que não houve falhas na legalidade do 1º Leilão dos Volumes Excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa

O Tribunal de Contas da União (TCU) está acompanhando, sob a relatoria do ministro Antonio Anastasia, a outorga de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, referente ao primeiro Leilão dos Volumes Excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa (LVECCO), representada por contrato firmado entre União e Petrobras em 2010.

“Nesta fase processual analisam-se os procedimentos e os elementos informativos e documentais referentes à realização da sessão pública de apresentação de ofertas e ao julgamento das propostas, adjudicação do objeto e homologação do primeiro Leilão dos Volumes Excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa”, informou o ministro Anastasia.

A Lei da Cessão Onerosa (Lei 12.276/2010) autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos de que trata a Constituição Federal em áreas predeterminadas no polígono do pré-sal.

O Contrato de Cessão Onerosa foi assinado em 2010 e, por meio dele, foi cedido à Petrobras o direito de lavra de até cinco bilhões de barris de óleo equivalente em blocos selecionados na Bacia de Santos, na área do pré-sal.

Os blocos autorizados para a lavra de petróleo e gás natural no pré-sal foram Franco, Florim, Sul de Guará, Sul de Tupi, Nordeste de Tupi e Entorno de Iara. O prazo de vigência da exploração é de 40 anos, pelo valor de R\$ 74,807 bilhões.

No entanto, em 2014 foi identificada a existência comercial de volumes excedentes de petróleo e gás natural (em relação aos cinco bilhões de barris inicialmente contratados) em quatro das jazidas dos respectivos blocos. Por isso foram iniciadas as avaliações e procedimentos para a contratação desses excedentes, mas desta vez em regime de partilha de produção.

No ano de 2019, os volumes excedentes foram levados à licitação em regime de partilha de produção. Porém, das quatro áreas relacionadas com produção excedente, somente as áreas de Búzios (Bloco 2 - Franco) e Itapu (Bloco 1 - Florim) foram arrematadas.

Naquela ocasião a ANP realizou a sessão pública de apresentação de ofertas do LVECCO em novembro de 2019. A arrecadação em relação aos dois blocos arrematados, Búzios e Itapu, foi de R\$ 69,96 bilhões em bônus de assinatura.

Dessa forma, ainda restaram para serem licitados os volumes excedentes nos campos de Atapu (Bloco 4 - Entorno de Iara) e Sépia (Bloco 6 - Nordeste de Tupi), que serão novamente ofertados em procedimento licitatório.

O TCU considerou que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) observou, sob os aspectos procedimental e formal, o edital de licitações e demais normativos do primeiro Leilão dos Volumes Excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa (LVECCO), quanto às

etapas de realização da sessão pública de apresentação de ofertas, julgamento das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame.

A unidade técnica do TCU responsável pela fiscalização foi a Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo), que integra a Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia). O relator é o ministro Antonio Anastasia.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 27/02/2024*

## IMO ESTUDA MEDIDAS PARA PREVENIR A POLUIÇÃO POR PELLETS DE PLÁSTICO NO TRANSPORTE MARÍTIMO

*Da Redação NAVEGAÇÃO 27/02/2024 - 22:00*



A IMO tem estudado soluções para garantir que o transporte de pellets de plástico em navios seja feito de maneira segura. O material pode danificar o ambiente marinho quando cai no mar. Reunido de 19 a 23 de fevereiro na sede da IMO, com sede em Londres, o Subcomitê de Prevenção e Resposta à Poluição da organização (PPR 11) aprovou projeto de recomendação para o transporte de pellets de plástico no mar. Destaque para diretrizes associadas à limpeza de vazamentos de pellets de plástico em embarcações.

O projeto recomenda o transporte de pellets de plástico por via marítima em contêineres: os pellets de plástico devem ser embalados em embalagens robustas para resistir aos choques enfrentados durante o transporte.

A embalagem também deve ser construída e fechada para evitar perda de conteúdo que possa ser causada por forças de vibração ou aceleração. As transportadoras devem identificar os contêineres carregados com pellets de plástico e complementar as informações da carga com uma solicitação de estiva adequada.

As recomendações que visam a prevenção de um derramamento de pellets serão submetidas para consideração e aprovação urgente e imediata pelo Comitê de Protecção do Ambiente Marinho na reunião de março (MEPC 81). No caso de um derrame, o projeto fornece orientações práticas de limpeza às autoridades governamentais e entidades para desenvolverem técnicas nacionais em larga escala.

As diretrizes cobrem o planejamento de contingência, monitoramento pós-derramamento, resposta, análise e intervenção. O projeto de diretrizes de limpeza será submetido ao MEPC 82 em outubro.

Normalmente transportados em contêineres, os derrames dos pellets de plástico nos oceanos podem prejudicar a vida marinha e ter impacto nas atividades de pesca, turismo e aquicultura. O último incidente ocorreu ao largo da costa da Galiza, em Espanha, quando milhões de pellets foram levados para terra após derrame acidental de um navio.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 27/02/2024*

## ARTIGO - CONTRIBUIÇÕES PARA MELHORAR O DESEMPENHO PORTUÁRIO

*Por Catarina Formigli OPINIÃO 27/02/2024 - 21:46*

Agitações geopolíticas, eventos climáticos, inflações, ameaças cibernéticas... apesar das recentes crises globais da cadeia de abastecimento e até mesmo interrupções, os indicadores recentes de performance portuária revelam que os portos mundiais, em sua maioria, apresentaram um bom desempenho. Mas de que forma a sua empresa pode contribuir para um melhor funcionamento

portuário e agilidade do comércio? Aspectos estes que são essenciais para se garantir a competência do transporte marítimo.



Facilitação dos procedimentos aduaneiros tem sido a palavra de ordem que conduz às reformas burocráticas e inovações digitais em grande parte dos portos no desafio de manutenção da eficiência. Nesse contexto, descomplicar o comércio marítimo tem sido crucial para uma cadeia de abastecimento marítima capaz e fluída, inclusive nas conexões dos portos com o interior. A racionalização e harmonização dos procedimentos aduaneiros da alfândega e demais órgãos anuentes envolvidos no desembarço de mercadorias nas zonas primárias e EADIs garante a simplificação do comércio, gerando ganhos em produtividade e redução de custos. E se facilitação é a palavra chave, podemos afirmar que o ponto mais considerável, sem sombra de dúvidas, é a importação.

### Facilitação comercial para cargas importadas é a mais relevante

Das categorias que uma carga é classificada durante o tráfego nos portos marítimos (exportação, importação, trânsito e transbordo), a importação é a que mais está sujeita à vigilância da alfândega e dos demais órgãos anuentes que são obrigados a intervir para assegurar o desembarço segundo o cumprimento dos regulamentos. O tempo de permanência de um contêiner nas exportações e importações evolui quase de forma semelhante. No entanto, mais controles aduaneiros e de conformidade estão ligados às importações do que às exportações.

De acordo com um estudo do Banco Mundial, o prazo de entrega da importação foi o maior impulsionador da variabilidade no comércio internacional em 2022 (World Bank, 2023b). Isto significa que devido à necessidade de intervenção da aduana e órgãos anuentes sobre as importações, o tempo de permanência acaba sendo mais longo. O que torna a facilitação desse processo comercial tão pertinente para uma maior eficiência dos nossos portos e também para o bom funcionamento das nossas empresas — a solução é desfrutar dos privilégios de ser um Operador Econômico Autorizado - OEA junto à Receita Federal, o que nos garante maior ligeireza nos despachos das conformidades alfandegárias.

### Redução de tempo no desembarço OEA na importação no Brasil

Ser um parceiro estratégico da Receita Federal, um OEA, é comprovar antecipadamente o cumprimento de requisitos e critérios. Assim, quanto mais engajados e interligados são os importadores, exportadores, terminais alfandegados e transportadoras nesse programa de conformidades, maior será o desempenho e celeridade do porto. O Despacho Sobre Águas OEA é um benefício disponível a todos os importadores certificados na categoria OEA-Conformidade. Ele consiste na permissão do registro da declaração de importação antes da chegada da carga a qualquer um dos portos brasileiros.

Em um estudo do tempo de desembarço entre operadores OEA e não-OEAs, no modal marítimo, considerando 82% das declarações de importação realizadas em dezembro/2023, observou-se que o tempo médio bruto de espera, em horas, de liberação das declarações de importação OEA foi de 2h2min. Enquanto, nas mesmas condições, o tempo foi de 28h4min para os operadores não-OEA, ou seja, uma redução de 14 vezes no tempo de espera para o operador certificado.

Já no modal aéreo, observou-se em dezembro/2023 um tempo médio bruto em horas de espera das declarações de importação OEA no valor de 53min, enquanto nas mesmas condições, observou-se 24h9min de espera para os não-OEA. Portanto uma redução de 27 vezes no prazo de liberação dos embarques de empresas OEA.

### Medidas de facilitação do comércio e aumento no desempenho portuário

A atividade portuária requer movimento. A falta de movimento aponta para ineficiências nos portos, incluindo a complexidade relativa aos requisitos aduaneiros para o desembarço de mercadorias. Atrasos ocorrem quando navios, contêineres ou mercadorias não estão em movimento. É importante investir na digitalização e na tecnologia que proporcionem desenvoltura a essa mobilidade intrínseca ao funcionamento das operações portuárias. Tudo aquilo que pode ajudar a confirmar a previsibilidade e confiabilidade das cadeias de abastecimento globais, para alcançar maior brevidade na liberação, reduzindo atrasos — um fator determinante do bom desempenho do porto.

Existe, portanto, uma ligação positiva entre a melhor atuação dos portos e a implementação das medidas selecionadas no âmbito do Acordo da OMC sobre facilitação do comércio, como pagamento eletrônico (artigo 7.2), gestão de riscos (artigo 7.4), operadores autorizados (artigo 7.7), e cooperação entre agências fronteiriças (artigo 8.º).

Nesse sentido destacamos os esforços da alfândega brasileira em investir em sistemas como o Portal Único de Comércio Exterior, tornando os processos de exportação e importação do Brasil mais eficientes, integrados e harmonizados, com a criação de um guichê único para a interação entre o governo e os operadores privados atuantes no comércio exterior. Esse portal gera benefícios que resultam em menores custos e esperas para a concretização das transações comerciais com o exterior. A eliminação da apresentação de documentos em papel e a facilitação do despacho sobre águas (que antecipa aos operadores informações sobre a carga antes da chegada ao porto), contribuem para a geração de cadeias de abastecimento sustentáveis e verdes, com vista à redução das emissões de carbono.

Entre as partes interessadas do processo alfandegário, as alfândegas e os órgãos anuentes são frequentemente identificados com baixo desempenho no Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial, apresentando pontuações por vezes extremamente baixas. A facilitação do comércio não é o único fator que melhora o desempenho portuário. A eficiência das alfândegas e órgãos anuentes, incluindo, por exemplo, os procedimentos de pré-chegada para cargas e navios de modo mais ágeis, podem impactar positivamente o manuseio e fluxo de embarques através do porto até o destino final da mercadoria. A troca de dados sobre assuntos de interesse mútuo entre a alfândegas e a iniciativa privada sugerida no critério Cooperação & Comunicação do programa OEA permite maior eficiência e agilidade na cadeia de suprimentos global atual, melhorando assim a cooperação público-privada e a eficiência do ambiente comercial.

As novas tecnologias oferecem oportunidades para as agências fronteiriças simplificarem e agilizarem o comércio internacional transfronteiriço, ao mesmo tempo que controlam e garantem o cumprimento do comércio internacional relacionado com o desembarço e a liberação de mercadorias. O Programa OEA brasileiro promove a confiança e a transparência entre as partes interessadas envolvidas para permitir a troca de dados segura e eficiente. No aspecto de conformidade e segurança, pode ajudar a prever e gerir melhor os fluxos de mercadorias através dos portos, gerenciar riscos e reduzir o tempo de espera, facilitando assim o comércio, aumentando a segurança portuária, o desempenho e a redução da pegada de carbono. O Programa OEA ainda promove especial atenção à segurança cibernética e aos planos de continuidade de negócios, a fim de minimizar os riscos relacionados com o aumento da digitalização.

Poderão ser certificados no Programa OEA os seguintes intervenientes nas operações de comércio exterior, que atuam na cadeia de suprimentos internacional e nos portos: operador portuário, importador, exportador, agente de cargas, transportador, agência marítima, depositário de mercadoria sob controle aduaneiro em recinto alfandegado, depositário em Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex).



As comunidades portuárias devem ficar atentas aos benefícios da facilitação do comércio, da digitalização, da tecnologia e das parcerias público-privadas, com destaque para o Programa OEA brasileiro, para avaliar seu modelo atual de trabalho e onde há potencial de avanço. Como vimos, fazer uso dos recursos

tecnológicos e estar integrado ao Programa OEA do Brasil são formas eficazes de contribuirmos para o aprimoramento do desempenho portuário.

**Catarina Formigli - Consulting Services for Supply Chain, Logistics, AEO, Trade Compliance, Procurement and Operations**

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## CMA CGM, COSCO, EVERGREEN E OOCL ESTENDERÃO A OCEAN ALLIANCE ATÉ 2032

Da Redação NAVEGAÇÃO 27/02/2024 - 21:36



Os armadores, CMA CGM, Cosco, Evergreen e OOCL anunciaram nesta terça-feira (27) a extensão Ocean Alliance, cooperação operacional das frotas, por pelo menos mais cinco anos a partir de 2027. O anúncio ocorre pouco mais de um mês após a Maersk e a Hapag-Lloyd anunciarem a aliança estratégica denominada Cooperação Gemini, com início em 2025.

Em nota, o grupo destacou que desde 2017 a Ocean Alliance fornece serviços compartilhados, com tempos de trânsito rápidos, frequências de navegação competitivas e ampla cobertura portuária.

A aliança abrange os sete principais comércios Leste/Oeste, ligando a Ásia ao Norte da Europa, ao Mediterrâneo, ao Médio Oriente e às costas Leste e Oeste da América do Norte.

O anúncio põe fim a especulações, com os CEO dos quatro armadores de contêineres anunciando em conjunto o prolongamento por pelo menos cinco anos a cooperação.

A Ocean Alliance relata que é a maior rede operacional de transporte marítimo do mundo, autodenominando-se “a espinha dorsal das rotas comerciais para o comércio internacional”. Destaca as vantagens de coordenar horários e compartilhar capacidade para fornecer o melhor serviço da categoria, tempos de trânsito rápidos, frequências de navegação competitivas e ampla cobertura portuária.

“A decisão de estender a nossa cooperação por pelo menos mais cinco anos forja o nosso compromisso de atender às necessidades dos nossos clientes e construir cadeias de abastecimento ainda mais seguras, confiáveis e sustentáveis”, disse Rodolphe Saadé, presidente e CEO do Grupo CMA CGM.

Especulações sobre a aliança surgiram depois que a Hapag-Lloyd anunciou que deixaria uma cooperação concorrente conhecida como The Alliance para se juntar à Maersk na Gemini. Este foi o segundo passo numa mudança na indústria depois que a Maersk e a MSC Mediterranean Shipping Company anunciaram no ano passado que iriam encerrar a sua aliança conhecida como 3M.

Os três grupos controlam mais de 80% da indústria naval global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## ANP DISTRIBUI ROYALTIES DE DEZEMBRO PARA CONTRATOS DE CONCESSÃO E CESSÃO ONEROSA

Da Redação NOTÍCIAS



Foram concluídas nesta terça-feira (27) todas as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela ANP, relativos à produção de dezembro de 2023, para os contratos de concessão e de cessão onerosa.

O valor repassado diretamente aos estados foi de R\$ 809.024.382,81, enquanto os municípios receberam R\$ 996.726.990,92. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 952 municípios e 11 estados.

Além desses entes federativos, do total apurado pela agência há parcelas de royalties que foram destinadas à União e ao Fundo Especial.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

## ARTIGO - CRISE NO CANAL DE SUEZ IMPACTA NO MERCADO DE SEGUROS

Por Wagner Spindola OPINIÃO 27/02/2024 - 21:18



Com a guerra entre Hamas e Israel, o tráfego de embarcações comerciais que transitavam pelo Canal de Suez — rota oficial que facilita a chegada de embarcações ao Oriente, e que tinham como destino Israel — foi interrompido devido aos ataques dos Houthis do Iêmen. Uma outra alternativa a essa rota, o Cabo da Boa Esperança, no sul da África, traz aumento de custos para as operações, uma vez que pode ampliar o tempo de viagem de 19 dias para algo em torno de 30 dias.

Assim, é razoável admitirmos que a crise no Oriente Médio causa sérios transtorno ao transporte marítimo. Segundo um levantamento da Datamar (consultoria de inteligência de dados de comércio marítimo), o Brasil deve sofrer diretamente os impactos disso, já que pelo menos 9% de toda a carga brasileira de contêineres passam por Suez. O que veremos por aqui não irá se tratar de diminuição, mas, sim, de aumento considerável do tempo de viagem. Já pelo mundo, o que temos visto é maior intensidade da crise no transporte de mercadorias entre Ásia e Europa.

Em situações como esta, o mercado de seguros teme perdas iminentes e prejuízos volumosos. Exclusões de coberturas e um considerável aumento das taxas das apólices são consequências iminentes frente às perdas substanciais que poderão ser registradas. É inevitável que se retraia, evitando riscos certos ocasionados pelas circunstâncias.

Em flagrante situação, não há modalidade específica de apólice. Mas serviços assistenciais e de mitigação deveriam ser ofertados para que haja uma segurança maior para as mercadorias.

Em linhas gerais, canais específicos de orientação e assistência são sempre muito bem vistos em momentos de crise. É importante que o mercado segurador seja um agente assistencial, auxiliando as empresas afetadas em um âmbito mais amplo e consultivo, e que deslumbrem alternativas não somente no reenquadramento de coberturas, mas assistências e consultorias que possibilitem maior segurança do risco num contexto geral.

Wagner Spindola é sócio da Globus Seguros

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

### ROBERTHA MARQUES É A NOVA DIRETORA DE HSSEQ (SAÚDE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE) DA SUBSEA7 NO BRASIL

Por EXECUTIVOS 27/02/2024 - 21:17



Robertha Marques é a nova diretora de HSSEQ (Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade) da Subsea7 no Brasil. Desde 2019 na empresa, a executiva já exerceu vários cargos.

Mais recentemente, atuava como gerente sênior de Desenvolvimento de Negócios, com foco específico em Transição Energética e na relação com clientes como Petrobras, Equinor e Shell.

Robertha Marques tem mestrado em Engenharia Naval e tem mais de 15 anos de experiência na indústria de energia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2024

### FPSO DUQUE DE CAXIAS RUMO AO BRASIL

Da Redação OFFSHORE 27/02/2024 - 21:17



#### Divulgação Petrobras

Plataforma, que partiu da China no último sábado (24), vai produzir no campo de Mero, operado pela Petrobras, no pré-sal da Bacia de Santos. Unidade deve entrar em operação em setembro deste ano

O navio-plataforma Marechal Duque de Caxias saiu, no último sábado (24), de Yantai, China, rumo ao campo de Mero, operado pela Petrobras, no pré-sal da Bacia de Santos. A plataforma entrará em operação a partir de setembro deste ano e tem capacidade de produzir até 180 mil barris de óleo e de comprimir até 12 milhões de metros cúbicos de gás, tudo isso diariamente.

A unidade, afretada pela Petrobras junto à MISC, fará parte do 3º sistema de produção definitivo de Mero e aumentará a capacidade instalada de produção do campo para 590 mil barris diários de petróleo. Esse sistema de produção prevê a interligação de 15 poços à unidade, 8 produtores de óleo e 7 injetores de água e gás, por meio de uma infraestrutura submarina composta por 80 km de dutos rígidos de produção e injeção, 47 km dutos flexíveis de serviços e 44 Km de umbilicais de controle.

A plataforma, do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência, da sigla em inglês), será interligada ao equipamento HISEP, que fará a separação do óleo e do gás no fundo do oceano, de onde fará a reinjeção do gás rico em CO<sub>2</sub>, de forma pioneira. O HISEP, tecnologia patenteada pela Petrobras, tem o potencial de aumentar a produção e desafogar a planta de processamento de gás da superfície, ao mesmo tempo em que reduz a intensidade das emissões de gases de efeito estufa. O FPSO possui outras tecnologias para diminuição de emissões como, por exemplo, a CCUS (Carbon Capture, Utilization and Storage), onde o gás rico em CO<sub>2</sub> é reinjetado no reservatório.

O diretor de exploração e produção da Petrobras, Joelson Mendes, afirmou que o foco da companhia é produzir com responsabilidade. Ele destacou que a empresa adotou tecnologias para aumentar a eficiência na produção. "Além disso, temos uma preocupação constante com a descarbonização em nossas atividades, com uma produção mais limpa, na intenção de continuarmos na nossa trajetória de diminuição de emissões de gases de efeito estufa", frisou Mendes.



De acordo com a Petrobras, Mero é o terceiro maior campo do Brasil em volume de óleo in place (o que pode ser recuperado no reservatório), atrás apenas de Tupi e Búzios, também localizados no pré-sal da Bacia de Santos. Além do FPSO Duque de Caixas, a Petrobras colocará em operação outra unidade em Mero em 2025. “Estamos dando sequência ao projeto de Mero, principalmente para garantir a segurança energética do país, já que o potencial desse campo é muito grande e faz dele um dos ativos principais da Petrobras, no qual investiremos os esforços de nossos técnicos, extremamente qualificados”, acrescentou o diretor de engenharia, tecnologia e inovação da Petrobras, Carlos José Travassos.

As operações do campo unitizado de Mero são conduzidas pelo Consórcio operado pela Petrobras (38,6%), em parceria com a Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNOOC (9,65%), CNPC (9,65%) e Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) (3,5%), como representante da União na área não contratada.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 27/02/2024**

## MINISTÉRIO APROVA ATUALIZAÇÃO DO PDZ DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

**Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 27/02/2024 - 20:52**



### Arquivo/Divulgação

Portaria do MPor, já em vigor, revoga atual plano de zoneamento do porto. Mudanças serão publicadas no site da autoridade portuária

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) aprovou a atualização do plano de desenvolvimento e zoneamento do porto organizado de São Sebastião (SP). O PDZ foi apresentado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) no último dia 29 de janeiro. A portaria 67, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (27), já está em vigor e revoga uma resolução de 2009, que aprovou o atual PDZ do porto. A secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, determinou a publicação do PDZ de São Sebastião no site da autoridade portuária (CDSS).

A CDSS submeteu o pedido de atualização para atender às diretrizes da portaria Minfra (atual MPor) 61/2020, que estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário – Planos Mestres (PM), Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e Plano Geral de Outorgas (PGO). De acordo com a portaria, o PDZ é definido como o instrumento de planejamento da autoridade portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado.

A norma estabelece que a autoridade portuária pode requerer à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) a alteração do plano sempre que entender necessário, ressalvando que as alterações pontuais não implicam em atualização de todo o PDZ, o qual atualmente foi aprovado pela Portaria Minfra 1.499/2021. Nos autos, a CDSS encaminhou a ata do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), informando que o PDZ foi apresentado ao colegiado e que o Consad deliberou sobre a proposta do PDZ em sua 222ª reunião ordinária.

O decreto 11.354/2023, que aprovou a atual estrutura regimental do MPor, estabelece que compete à SNPTA propor ao ministro ou secretário-executivo, conforme o caso, a aprovação dos planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos marítimos, fluviais e lacustres, elaborados pelas administrações portuárias. O Departamento de Gestão e Modernização Portuária é responsável por subsidiar a aprovação dos planos de desenvolvimento e zoneamento portuário.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 27/02/2024**



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 021/2024  
Página 66 de 66  
Data: 28/02/2024  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)



### MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPIING.COM](http://MERCOSHIPPIING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS  
Data: 28/02/2024